



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
Universidade Federal de Rio Grande  
Instituto de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental  
CURSO DE MESTRADO



**RÓGER WALTEMAN GOMES**

**A GEOPOLITICA PORTUÁRIA DO SÉCULO XXI NO MUNICÍPIO  
DO RIO GRANDE/RS: uma proposta de Educação Ambiental  
Crítica/Emancipatória**

Rio Grande - RS  
Março de 2013

RÓGER WALTEMAN GOMES

**A GEOPOLITICA PORTUÁRIA DO SÉCULO XXI NO MUNICÍPIO  
DO RIO GRANDE/RS: uma proposta de Educação Ambiental  
Crítica/Emancipatória**

Dissertação apresentada à banca  
examinadora da Universidade Federal do  
Rio Grande, como exigência para  
obtenção do título de Mestre em  
Educação Ambiental sob a orientação do  
Prof. Dr. Francisco Quintanilha Vêras  
Neto

Rio Grande - RS  
Março de 2013

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

RÓGER WALTEMAN GOMES

## **A GEOPOLITICA PORTUÁRIA DO SÉCULO XXI NO MUNICIPIO DO RIO GRANDE/RS: uma proposta de Educação Ambiental Crítica/Emancipatória**

Dissertação apresentada como exigência parcial ao grau de Mestre ao  
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal  
do Rio Grande.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Francisco Quintanilha Vêras Nero (Orientador)  
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Hernandez Caporlingua  
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

---

Prof. Dr. José Edmilson De Souza Lima  
Centro Universitário de Curitiba – Unicuritiba

*"Enquanto você enxergar o algarismo zero somente como um número, não entenderá que mudar de postura é questão de um novo olhar."*  
Roger Walteman Gomes

Os sonhos só podem ser realizados quando somos segurados por mãos dignas de amor e solidariedade. Um navio não veleja seguramente se a cada parada não houver um porto seguro que o espere. Mais um sonho está sendo realizado, e isso só foi possível por que a cada parada de minha vida oceânica, tive o meu porto seguro, a presença mais carinhosa e amorosa dos meus pais. A vocês, Danilo da Mota Gomes e Erly Walteman Gomes.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente aos meus amados pais Danilo e Erly por me oportunizar a vida e os melhores valores para me tornar um ser humano a margem de corrupções.

Aos colegas de Pós-graduação Clêncio Braz, Leda Dummer, Renata Negalho, Mário Fernando Carvalho e Belissa Saadi pelas boas rodas de chimarrão, diálogos e as novas amizades que em Rio Grande/RS foram oportunizadas.

Ao professor e orientador Francisco Quintanilha Vêras Neto pelo apoio, diálogos, ao quem sem o mesmo não poderia ter desenvolvido o presente estudo.

Ao professor e Co-orientador Paulo Opuska pelas contribuições, convite para seminário e oportunidades para um futuro prospero na carreira acadêmica.

Aos amigos do Município de Santa Maria/RS, mesmo distantes sempre foram companheiros de longas noites virtuais de estudos.

Aos familiares, que mesmo distante mandaram pensamentos positivos para o desenvolvimento do presente estudo.

Aos novos amigos riograndinos, ao qual me receberam com todo amor e carinho, confortando a distância de casa e familiares.

Aos colegas e professores do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande/RS que com seus diálogos oportunizaram novas ideias para o fechamento desta pesquisa.

A todos vocês, meus agradecimentos, por acreditarem em uma pesquisa que vislumbra um mundo mais justo, igualitário e sustentável.

## RESUMO

*A geopolítica portuária do século XXI no Município do Rio Grande/RS é uma proposta de Educação Ambiental Crítica/Emancipatória que tem como tema central de pesquisa a inserção do Município do Rio Grande/RS na geopolítica nacional, a partir da expansão do novo polo naval que se instalou na cidade neste início de século, privilegiando também a análise dos reflexos desse crescimento quanto ao aspecto socioambiental. A presente pesquisa possui como objetivo geral analisar a Geopolítica portuária do município do Rio Grande/RS sob a perspectiva crítica/emancipatória, buscando a partir da Educação Ambiental Crítica/Emancipatória uma reflexão crítica do atual processo de desenvolvimento econômico instalado no município e região. Além disso, o presente trabalho irá abordar os seguintes objetivos específicos: conceituar o que vem a ser geopolítica portuária no sentido geral e conceituar o que é geopolítica para o município do Rio Grande/RS; conceituar e buscar qual a perspectiva crítica/emancipatória da EA voltada para a geopolítica portuária no município; conceituar e indicar quais são os impactos socioambientais negativos ocorridos no município em decorrência do desenvolvimento econômico; relacionar a geopolítica portuária do município e os indicadores da perspectiva da EA crítica/emancipatória a fim de minimizar os impactos socioambientais. Para tal estudo fez-se uso da pesquisa bibliográfica e documental utilizando-se o método dialético. O método de abordagem escolhido é o dialético (uma nova síntese de pensamento), por compreender-se ser mais coerente com a proposta dialógica escolhida como ponto de partida para o estabelecimento do processo de reflexão-ação-reflexão. Os resultados obtidos a partir da interpretação de dados estatísticos da movimentação portuária, a expansão do polo naval, a inserção na geopolítica nacional, tudo isso, correlacionado a escritos de autores consagrados em relação ao assunto abordado, faz emergir novos “olhares” acerca das percepções de mundo, busca pela emancipação dos sujeitos, além da negação do desenvolvimento puramente economicista. Portanto, do ponto de vista da Educação Ambiental (EA), o desenvolvimento economicista deverá propor alternativas, buscando o desenvolvimento social, preservação do meio natural, na qual possa emergir uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, propõe-se uma geopolítica que vá além de sua militarização, propõe-se aquela geopolítica que busca a criticidade que a mesma necessita em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, os aspectos da EA sugerem ferramentas auxiliares e/ou alternativas, propondo a emancipação dos sujeitos, superando a utopia do desenvolvimento sustentável.*

Palavras-chave: Educação Ambiental; geopolítica; globalização; neoliberalismo emancipação.

## ABSTRACT

The port geopolitics from the twenty first century at the municipality of Rio Grande/RS is a proposal of critical/emancipationist environmental education that has as its main research theme the insertion of the municipality of Rio Grande/RS in the national geopolitics, from the expansion of the new naval center that was placed in the city at the beginning of this century, also favouring the reflections of this growth as to the socioenvironmental aspect.

This research has as general purpose analyzing the port geopolitics from the municipality of Rio Grande/RS through a critical/emancipationist perspective, seeking from the critical/emancipationist environmental education, a critical reflection of the present process of economical development established in the municipality and its region. Moreover, the dissertation will broach the following specific objectives: conceptualize what comes to be port geopolitics in the general sense and what it is for the municipality of Rio Grande/RS; conceive and search which critical/emancipationist perspective from the Environmental Education faces the port geopolitics of the municipality; conceptualize and indicate what are the negative socio-environmental impacts that occurred in the municipality as a result of the economical development; relate the port geopolitics of the municipality and the indicators of the critical/emancipationist environmental education perspective in order to minimize the socio-environmental impacts. For the purpose of this study the bibliographic and documental research was used along with the dialectic method. The method of approach chosen is the dialectic ( a new synthesis of thought), for being more coherent with the dialogical proposition chosen as starting point for the establishment of the reflection-action-reflection process. The results obtained from the interpretation of the port movement statistic data, the expansion of the naval center, the insertion in the national geopolitics, all of this, correlated with consecrated authors' writings concerning the topic broached, enables new points of view regarding the comprehension of the world to emerge, searches for the emancipation of the subjects, besides the denial of the purely economic development. Therefore, from the point of view of the Environmental Education, the economic development should propose alternatives, aiming for the social development, the preservation of the natural environment, in which a fairer and equalitarian society can emerge. Furthermore, a geopolitics that goes beyond its militarization is proposed, that geopolitics which seeks the criticality that itself needs in favour of a fairer and equalitarian society. Thus, the aspects of the environmental education suggest auxiliary and/or alternative tools, proposing the emancipation of the subjects, overcoming the utopia of the sustainable development.

Keywords: Environmental Education; geopolitics; globalization; neoliberalismo; emancipation



## LISTA DE ABREVIATURAS

AGAPAN- Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural;  
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento;  
CNE – Conselho Nacional de Educação;  
Cea – Centro de Estudos Ambientais;  
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente;  
EA – Educação Ambiental;  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;  
LDB – Lei de Diretrizes e bases (na educação)  
ONG – Organização Não Governamental;  
ONU – Organização das Nações Unidas;  
PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental;  
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;  
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente;  
SSP – Secretaria de Segurança Pública  
SUPRG – Superintendência do Porto do Rio Grande;  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - América do Sul – Antagonismos Geográficos .....	26
Figura 2 - Localização Município do Rio Grande/RS.....	40
Figura 3 – Porto Novo .....	43
Figura 4 – Eixo Intermodal .....	44
Figura 5 – Fortaleza de Jesus Maria José .....	45
Figura 6 – Porto Velho .....	46
Figura 7 – Molhes da Barra .....	47
Figura 8 – Vista aérea do Município do Rio Grande/RS.....	49
Figura 9 – Pátio automotivo do Porto Novo.....	49
Figura 10 - TECON .....	50
Figura 11 - Petroquímicos .....	50
Figura 12 - Superporto .....	51
Figura 13 - Método de abordagem dialético.....	84
Figura 14 - Reconstrução do espaço geográfico – Rua Buarque de Macedo ..	86

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - MOVIMENTAÇÃO TOTAL - PORTO DO RIO GRANDE – 2008.....	52
Tabela 2 -- MOVIMENTO POR SEGMENTO DE CARGA TON – PORTO DO RIO GRANDE (2008) .....	53
Tabela 3 – MOVIMENTAÇÃO TOTAL - PORTO DO RIO GRANDE – 2009....	54
Tabela 4 – MOVIMENTO POR SEGMENTO DE CARGA TON – PORTO DO RIO GRANDE (2009) .....	55
Tabela 5 – MOVIMENTAÇÃO TOTAL - PORTO DO RIO GRANDE – 2010....	56
Tabela 6 – MOVIMENTO POR SEGMENTO DE CARGA TON – PORTO DO RIO GRANDE (2010) .....	57
Tabela 7 – MOVIMENTAÇÃO TOTAL - PORTO DO RIO GRANDE – 2011....	59
Tabela 8 – MOVIMENTO POR SEGMENTO DE CARGA TON – PORTO DO RIO GRANDE (2011) .....	59

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	7
<b>ABSTRACT</b> .....	8
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	9
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	10
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	11
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1. UMA LEITURA DA GEOPOLÍTICA CLÁSSICA E CRÍTICA COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DIACRÔNICA DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS</b> .....	18
1.1 Espaço, território e geopolítica: os balizadores da pesquisa.....	18
1.1.1 Espaço.....	18
1.1.2 Território.....	19
1.1.3 Geopolítica: origem e sua relevância.....	20
1.1.4 Geografia Política x Geopolítica.....	21
1.1.5 O pensamento geopolítico brasileiro: da origem a contemporaneidade..	23
1.1.6 A geopolítica brasileira.....	28
1.2 A geopolítica neoliberal do século XXI.....	30
1.3 A economia modifica o espaço geográfico.....	36
<b>2. O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS E A REALIDADE DA EXPANSÃO PORTUÁRIA E DO SETOR NAVAL</b> .....	40
2.1 Contextualizando o campo de estudo.....	40
2.2 Conheça o porto de Rio Grande/RS.....	42
2.3 Histórico do Município do Rio Grande/RS.....	44
2.4 A movimentação do Porto do Rio Grande/RS.....	51
<b>3. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE DEBATE DA REALIDADE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS PROMOVIDOS PELO CRESCIMENTO ECONÔMICO</b> .....	61
3.1 Por uma Educação Ambiental Crítica/Emancipatória.....	61
3.2 A superação do paradigma dominante.....	68
3.3 O silêncio da natureza e a globalização do silêncio.....	72
3.4 Globalização: uma perda de cultura e identidade.....	79
<b>4. RESULTADOS DO DEBATE: UMA SÍNTESE DO OLHAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA/EMANCIPATÓRIA COMO PRÁXIS TRANSFORMADORA EM DIREÇÃO A UM NOVO PARADIGMA</b> .....	82
4.1 Procedimentos Metodológicos.....	82
4.2 Uma síntese do olhar da educação ambiental crítica/emancipatória.....	85
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	99
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	103

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema central de pesquisa, efetuada no Município do Rio Grande/RS, a expansão do novo polo naval que se instalou na cidade neste início de século. As atividades pesqueiras e a portuária fazem parte da história do mais antigo Município do Rio Grande do Sul. Neste sentido, as construções e/ou reconstruções dos espaços evidenciaram os aspectos das atividades pesqueiras e portuárias ao longo da história, sendo o espaço o espelho da sociedade rio-grandina, como também a sociedade rio-grandina o espelho do espaço.

As influências para o desenvolvimento da presente pesquisa requerem uma volta ao começo de minha formação acadêmica. Essa linha temporal divide-se em três momentos: primeiramente, a ingresso e formação no Curso de Geografia-Licenciatura, da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, na qual tive meus primeiros contatos com pesquisa acadêmica. Em segundo lugar, o ingresso e formação no Curso de Pós-Graduação (nível especialização) em Educação Ambiental, na Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. Por último, o ingresso no Curso de Pós-Graduação (nível mestrado) em Educação Ambiental na Universidade do Rio Grande/FURG, onde desenvolvo a atual pesquisa.

Ao longo de minha trajetória acadêmica trabalhei em várias áreas que se relacionavam ao assunto aqui abordado, tendo a possibilidade de efetuar pesquisa e extensão em um viés interdisciplinar. Assim, busquei, no presente trabalho, relacionar a educação ambiental crítica e o foco dos estudos geopolíticos, que tinha desenvolvido anteriormente no trabalho do final de graduação.

A Especialização em Educação Ambiental proporcionou-me um sólido aporte teórico que foi somado à pesquisa da monografia de conclusão do curso. Sendo assim, a partir do ingresso no Mestrado em Educação Ambiental, optei pela correlação entre Geopolítica e Educação Ambiental, abarcando as relações e inter-relações existentes a partir da expansão do Polo Naval localizado no Município do Rio Grande/RS.

A partir disso, o estudo irá correlacionar as construções e/ou reconstruções do espaço geográfico em uma perspectiva crítica. Assim se

buscou também, a inserção da EA crítica/emancipatória como processo de transformação de paradigmas a partir da compreensão contextualizada da complexidade das relações existentes no meio ambiente.

Com base nos elementos anteriormente delineados parte-se para uma reflexão crítica do espaço geográfico como um produto histórico/social, ou seja, o Município do Rio Grande apresenta um novo cenário diferenciado dos contextos anteriores também caracterizados pela presença de atividades pesqueiras artesanais e industriais. Na atual conjuntura nacional de retomada dos investimentos na área naval está ocorrendo uma reordenação dos espaços geográficos. Na última década, evidencia-se o crescimento do polo naval na região, resultado de investimentos a partir da montagem da Plataforma Petrolífera P-53, finalizada em 2008.

A partir da construção da Plataforma Petrolífera P-53, bem como da expansão dos molhes da barra, modelou-se uma grande expansão do polo naval. Neste sentido, Rio Grande/RS tem sido alvo de notícias nos meios de comunicação acerca dos índices quantitativos de desenvolvimento econômico que a cidade terá nos próximos anos em virtude de altos investimentos privados e do governo federal que o Município irá receber. Sendo assim. Domingues (1995) assevera que

“(...) A geopolítica nacional responsável pelo desenvolvimento e integração do espaço brasileiro através de macroprojetos infraestruturais, industriais, minerais e agropecuários encontrou na cidade do Rio Grande um espaço privilegiado – no que tange ao sítio portuário – sobre o qual poderia implantar e desenvolver um grande corredor de exportações, associado a um grande polo industrial no extremo sul do país, situado junto à fronteira política do Brasil com os países do Prata. (...) (p. 16)

Nesse contexto, será oportuno também apresentar aos detentores desse desenvolvimento econômico, a contribuição de uma EA Crítica/Emancipatória. Nesse sentido, além do crescimento econômico quantitativo, haverá de se proporcionar oportunidades nos campos cultural, econômico, social e ético em prol da sustentabilidade humanitária e ecológica. Isso porque essas oportunidades poderão ser perdidas com a velocidade dos investimentos e pela ausência de contraprestação social e ambiental.

A introdução de uma EA transformadora baseia-se na emancipação através da percepção do conflito e pela dialogicidade dos membros hegemônicos e hegemonzados pelo processo de expansão do Polo Naval que em Rio Grande/RS se instala.

A percepção dos riscos sociais e ambientais que se avolumam pela ausência de uma gestão ambiental e social capaz de frear os excessos da acúmulo do capital, visto que levam a expansão de áreas de miséria para onde vão os trabalhadores atraídos pelas oportunidades de emprego geradas pelos investimentos. Além disso, poluição do ar, chuva ácida, contaminação das águas e da cadeia alimentar ecossistêmica, contaminação cumulativa do solo em processos de dragagem que liberam metais pesados novamente para a cadeia alimentar inclui reflexos sobre o meio ambiente e também são reflexos que recaem sobre a população humana trazendo o aumento de doenças respiratórias e o risco de diversos tipos de câncer.

Dentre outras consequências, pode-se mencionar: problemas quanto à mobilidade urbana, atração sinérgica aos investimentos atuais de novas plantas industriais altamente poluentes, como as indústrias de fertilizantes e as de celulose que também irão externalizar o custo ambiental no Município, com processos de licenciamento ambiental que não levam em conta a capacidade de carga dos ecossistemas locais devido ao efeito sinérgico da poluição que suplanta a capacidade de carga dos ecossistemas locais.

O Município do Rio Grande/RS tem, atualmente, a segunda movimentação portuária do Brasil (SUPRG, 2012), desta forma a cidade insere-se no eixo geopolítico, tanto estadual quanto nacional, como também mundial. A expansão do novo polo naval consolida a cidade geopoliticamente em território brasileiro, como também mundialmente dentro do processo de globalização econômica, ao qual nos remete à reflexão a partir dos escritos de Santos (1997)

(...) A dimensão mundial é o mercado. (...) são as organizações ditas mundiais: instituições supranacionais, organizações internacionais, universidades mundiais, igrejas dissolventes, o mundo como fábrica de engano. (...) (p. 19).

Ao encontro do pensamento de Santos (1997), buscam-se alternativas para alavancar uma sustentabilidade local, bem como global. Desta forma, a inserção da cidade na Geopolítica nacional, bem como o desenvolvimento econômico e seus reflexos no meio, permearão a presente pesquisa de mestrado.

Desta forma, a Geopolítica portuária do século XXI, no Município do Rio Grande/RS, permite a construção de uma perspectiva transformadora a partir de uma Educação Ambiental Crítica/Emancipatória em relação aos impactos socioambientais provocados pelo desenvolvimento econômico atual?

Para isso, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a Geopolítica portuária do Município do Rio Grande/RS, no século XXI, em uma perspectiva crítica/emancipatória, buscando a partir da Educação Ambiental Crítica/Emancipatória, uma reflexão crítica do atual processo de desenvolvimento econômico. Além disso, o presente trabalho irá abordar os seguintes objetivos específicos: o que é geopolítica portuária no sentido geral e o que representa para o Município do Rio Grande/RS; o que é e qual a perspectiva crítica/emancipatória da EA voltada para a geopolítica portuária no município; o que é e quais são os impactos socioambientais negativos ocorridos no município em decorrência do desenvolvimento econômico; qual a relação entre geopolítica portuária no município e os indicadores da perspectiva da EA crítica/emancipatória a fim de minimizar os impactos socioambientais?

A metodologia adotada pela presente pesquisa é a pesquisa bibliográfica, como também documental. Assim, utilizou-se o método de abordagem dialético, por ser o mais apropriado, segundo o pesquisador.

Inicialmente, no primeiro capítulo, “Uma leitura da geopolítica clássica e crítica como instrumento de análise diacrônica do município do RIO GRANDE/RS”, irá abordar conceitos de espaço, território e geopolítica. Além disso, as relações e inter-relações existentes entre os conceitos mencionados, a fim de fortificar a ideologia do trabalho.

O capítulo seguinte, “O Município do RIO GRANDE/RS e a realidade da expansão portuária e do setor naval”, nos traz a contextualização do campo de estudo, ou seja, desde o histórico do Município ao momento atual. Com ênfase



na movimentação portuária no período de 2008 até 2011, ilustrando a maior movimentação desde a saída da Plataforma Petrolífera P-53.

O terceiro capítulo, “A educação ambiental como instrumento de debate da realidade dos impactos socioambientais promovidos pelo crescimento econômico”, abordará a EA e as relações com a globalização neoliberal e seus reflexos no meio em uma perspectiva crítica. Este arcabouço teórico será mister para a construção do último capítulo.

Por fim, o último capítulo, “Resultados do debate: uma síntese do olhar da educação ambiental crítica/emancipatória como práxis transformadora em direção a um novo paradigma”, sintetizará a presente pesquisa com os arcabouços teóricos mencionados nos capítulos anteriores. Cabe ressaltar, tratando-se de uma pesquisa científica, a mesma não estará terminada, pois ainda há muito a ser pesquisado e teorizado, ao passo que as considerações finais estarão sempre abertas a novas pesquisas.

Neste sentido, as transformações e/ou renovações geopolíticas locais têm interferido no atual desenvolvimento do município do Rio Grande, tornando este fato determinante à temática desta pesquisa, na qual o norte é a conexão da geopolítica com a geoeconomia do capitalismo mundializado, ao mesmo tempo demonstrar como os eixos político, local, regional, nacional e internacional se conectam.

# 1. UMA LEITURA DA GEOPOLÍTICA CLÁSSICA E CRÍTICA COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DIACRÔNICA DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS

O presente capítulo abarcará uma leitura da geopolítica clássica e crítica, partindo dos conceitos de espaço, território e geopolítica.

## 1.1 Espaço, território e geopolítica: os balizadores da pesquisa

A discussão dos seguintes termos fez-se pertinente devido de que os mesmos estarem correlacionados, na qual o seu entendimento torna-se crucial para esclarecer a temática que irá ser desenvolvida ao longo desta pesquisa.

### 1.1.1 Espaço

Espaço e territórios às vezes são colocados como sinônimos, entretanto os mesmo não são, de modo que seus significados não são equivalentes. Neste sentido, o espaço é anterior ao território, ou seja, o espaço é como uma espécie de matéria-prima, que segundo marxistas, não possui valor de troca, ainda que o mesmo possua unicamente valor de uso. Desta forma, o espaço é caracterizado como sendo preexistente a qualquer ação, ou seja, algo intocável, de modo que “(...) é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar (...)”. (RAFFESTIN, 1993, p. 144)

Segundo Corrêa (2005), o espaço não é um instrumento político, não podendo ser considerado, nem como ponto de partida (espaço absoluto), nem ponto de chegada (espaço como produto social), bem como não ser considerado como instrumento político. O fato é que, o espaço é o *lócus*, da reprodução das relações sociais de produção.

### 1.1.2 Território

Nesta perspectiva, o território se apóia no espaço, de modo que se considera como uma produção a partir do espaço. Neste sentido, o território seria a produção a partir dos interesses de determinados sujeitos num espaço, na qual a introdução de sistemas sêmicos interligará os atores no território, direta ou indiretamente. Assim, “(...) o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder (...)”.(RAFFESTIN, 1993, p. 144) Desta forma, tem-se, o que poderemos chamar de, formação territorial, na qual:

(...) Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma “produção territorial” que faz intervir tessitura, nó e rede (...)  
(RAFFESTIN, 1993, p. 150)

Desse modo, teremos a formação territorial de acordo com dos diferentes sujeitos que, conseqüentemente, tem seus diferentes interesses de utilização do espaço. A organização destes interesses é estabelecida pelas diferentes inserções de sistemas de malhas, nós e redes, constituindo-se assim, de algum modo, o território. Neste sentido, Raffestin (1993), ainda coloca:

(...) Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios  
(...) Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder. (pág. 152-153)

Compartilhando com as palavras do autor, sendo o território produção a partir do espaço, é repleto de estratégias que se configuram em relações de poder, em conseqüência, dos diferentes interesses da sociedade, colocando-se em evidência o fato de a mesma ser heterogênea e tem na base de sua organização, estratégias que auxiliam seus interesses particulares.

No que se refere a território, é implicitamente fazer referência a limites, mesmo que este não seja traçado, o limite expressa uma relação que um grupo

mantém com uma porção do espaço, colocando-se assim, uma delimitação no mesmo. Neste sentido, o termo delimitar é isolar ou subtrair, momentaneamente, ou ainda, manifestar um poder em uma determinada área. Isto nos servirá, para nós entendermos as “fronteiras”. (RAFFESTIN, 1993)

### 1.1.3 Geopolítica: origem e sua relevância

Os trabalhos geopolíticos e/ou os “ditos” geopolíticos, nos últimos anos, não deram a devida atenção a temática, ficando os estudos reservados somente a trabalhos acadêmicos (dedicados a pesquisas de cunho bibliográfico) e, juntamente com autores tradicionais do assunto. Nesta perspectiva Myamoto (1995) traz em seus escritos:

Se a rigor, nos anos 80 e 90 não surgiram novas safras de geopolíticos como nos anos anteriores (...) o surgimento de trabalhos produzidos pelo meio acadêmicos, ao lado dos autores tradicionais reforçou a idéia de que aos poucos a geopolítica vem sendo resgatada e, ainda que se critique os que com se identificam, chegou-se à conclusão de que a mesma deve receber atenção e ser analisada. (p. 44).

Ao encontro dos escritos do autor e pelo fato dos estudos geopolíticos concentrarem-se, principalmente, nas mãos das academias militares, no caso brasileiro, servindo como destaque a Escola Superior de Guerra<sup>1</sup>, o estudo do município do Rio Grande/RS mostra-se relevante, pois são poucos os estudos nesta direção.

A Geopolítica surge há anos longínquos, entretanto somente em 1916 é mencionada, pela primeira vez, o termo “Geopolítica” pelo sueco Kjiellen. A formatação deste termo foi baseada nas perspectivas da, então, escola alemã de Geografia, liderada por Friedrich Ratzel, que fez a sistematização da ciência geográfica na Alemanha. Entretanto, Vesentini, ao analisar a diferenciação entre Geografia Política e Geopolítica, chama atenção para:

---

<sup>1</sup> A Escola Superior de Guerra (ESG), criada pela Lei nº 785/49, é um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, integrante da estrutura do Ministério da Defesa, e destina-se a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, nela incluídos os aspectos fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento.

(...) a *palavra* geopolítica é que foi criada por Kjellén, pois não há dúvida que essa temática é bem mais antiga, ou seja, as grandes preocupações geopolíticas não surgiram no início do século XX (preocupações sobre o que é e quem é uma potência mundial, como se dá a disputa mundial pelo poder entre os Estados, que estratégias seriam adequadas para tal ou qual Estado tornar-se a potência regional nesta ou naquela parte do globo, etc.). Isto é, já existia anteriormente juízos ou análises a respeito do poderio de cada Estado, das grandes potências mundiais ou regionais, com a importância ou o uso do espaço geográfico na guerra ou no exercício do poder estatal (...) (Disponível em [www.geocritica.com.br/geopolitica.htm](http://www.geocritica.com.br/geopolitica.htm). Acesso em: 25 set. 2011).

Assim, a geopolítica não pode ser considerada somente como um objeto de estudos, mas principalmente método de conhecimento, sendo este aplicado em todas as nações do mundo atual. Neste sentido, as reflexões sobre este termo são importantes para saber o verdadeiro sentido dele. De acordo com Vesentini (1996):

(...) é necessário ir além dessas diversas posições, sejam as dos geógrafos ou as dos demais especialistas. Não basta estabelecer se essa disciplina é ou não científica (...) está-se ignorando que o fundamental é o papel social do conhecimento no momento histórico em que é gerado ou reelaborado(...) (p. 55)

Nesta perspectiva, o principal fato a ser analisado em relação ao termo “Geopolítica” é o papel deste conhecimento no caráter social, na qual se torna hoje algo usado em todos os países.

#### **1.1.4 Geografia Política x Geopolítica**

O termo Geopolítica, às vezes pode ser confundido com Geografia Política, entretanto esta confusão de significados é errônea, pois cada um dos termos tem o seu próprio conceito, que de certa forma são parecidos, mas com significados distintos.

A distinção histórica, segundo Costa (1992), entre Geografia Política e Geopolítica, estaria no nível de engajamento do estudo, ou seja, os objetivos estratégicos nacionais e estatais. Nesta perspectiva, caba lembrar que “ambas diferem, contudo, não só quanto ao seu objeto de investigação, mas também porque são de ramos de áreas diferentes” (MIYAMOTO, 1995:23). Desta

forma, é relevante o entendimento dos dois termos, na qual ANDRADE 1993 aborda de forma muito clara:

(...) Enquanto a geopolítica é um saber engajado, comprometido, com um pensamento e com objetivos políticos, embora analisando o Estado como produtor de um espaço, ela não tem um rigoroso critério científico. A geografia política, ao contrário, é um dos enfoques da ciência geográfica no qual se estuda a distribuição dos Estados pela superfície da Terra, o problema do estabelecimento de fronteiras e os tipos de organização do território a que eles dão origem (...) (1993, p. 7)

Neste sentido, a Geografia Política, assim como a geografia social, econômica ou cultural, tem como apoio as observações estáticas dos fatores geográficos. Desta maneira, observa-se que este termo, ao contrário da Geopolítica, não tem caráter dinâmico. Outro ponto a ser destacado, é o fato da Geografia Política não se preocupar com a pressão que o Estado exerce sobre outro por meio de política de poder. Desta forma, este ramo da Geografia, não considera os fatores geográficos, sob ponto de vista estratégico, vendo as fronteiras, por exemplo, apenas sob a óptica de estabelecimento de limites físicos. (MIYAMOTO, 1995)

Na Geografia Política, os elementos geográficos são considerados estáticos e imóveis, de forma que “analisados sob a ótica da geografia e não da ciência política” (MIYAMOTO, 1995:24). Sendo assim, fica claro que é uma visão mais geográfica do que política sobre os territórios.

A Geopolítica, ao contrário, “não se satisfaz com a mera descrição física, fotografando apenas esses acidentes geográficos (...) preocupa-se com os movimentos desses elementos, e com sua aplicação na formulação de uma política que visa fins estratégicos”. (MIYAMOTO, 1995:25) Nesta perspectiva, vale ressaltar que o Estado deve assumir uma política de poder, ou seja, o Estado tem uma função de poder sobre o espaço, na qual exerce uma relação de espaço e poder de forma dinâmica.

Desta forma, a relação da Geopolítica está diretamente relacionada com as lutas e demarcações de territórios, na qual o Brasil participou de várias batalhas até obter a configuração atual de seu território.

### **1.1.5 O pensamento geopolítico brasileiro: da origem a contemporaneidade**

A geopolítica brasileira foi basicamente importada como “transplante cultural”, desde seus primeiros movimentos na Europa, apresentando um inegável atraso cultural, técnico e teórico, quando comparada a da Alemanha e EUA, por exemplo. Nestes referidos países, a Geopolítica desenvolveu-se fortemente nos meios acadêmicos através de pesquisas. Entretanto, no Brasil foi ao contrário, os estudos geopolíticos tiveram a sua hegemonia no pensamento militar e de suas instituições.

No Brasil pode-se afirmar que não se tem um pensamento próprio Geopolítico e, muito menos, Geográfico-político, em meios de reflexão acadêmica, salvo raras exceções, como por exemplo, Bertha Becker, professora de Geografia Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com vários livros e artigos publicados no Brasil e no exterior, principalmente sobre a Amazônia. Neste sentido, ao contrário das nações exteriores (Alemanha, França) aqui não foi e nem será, os geógrafos como comentaristas da geopolítica brasileira, pois “(...) os mais completos estudos a respeito foram produzidos particularmente pela ciência política, além de outras áreas das ciências sociais (...)”,(COSTA, 1992. p. 188) ficando a cargo dos militares a predominância dos principais estudos geopolíticos brasileiro.

Sendo assim, os estudos geopolíticos brasileiros, foram pouco debatidos e/ou construídos no meio acadêmico. Assim, os seus estudos concentraram-se em estudiosos militares, nos quais desenvolviam seus estudos com características peculiares, mas principalmente, estudos voltados para a segurança nacional. Uma segurança nacional ligada aos interesses da guerra-fria, em o Brasil funcionava como uma correia subimperialista do EUA na região, vide a atual formação de bases americanas na região visando Pré-Sal, Amazônia, Aquífero Guarani.

Os estudos voltados para segurança nacional baseavam-se na questão do vasto território brasileiro, bem como nas grandes extensões fronteiriças. Isto porque, a influência da geopolítica estrangeira orientava os estudos dos autores geopolíticos brasileiros. Neste sentido, a geografia alemã ratzeliana, fez-se presente, significativamente em nossos estudos.

Da mesma maneira que a Geografia Ratzeliana tem como objeto de estudo a relação território-poder (Estado-Solo) “(...) também os brasileiros, desde os anos 20, procuraram aproximar esse campo de estudos do centro do poder político gerador de um pensamento estratégico nacional (...)”.(COSTA, 1992. p. 191). Isto explicaria o fato de não termos geógrafos inseridos nos estudos sobre a temática da Geopolítica e, muito menos, reflexões em meios acadêmicos. A concentração destes estudos ficou nas “mãos”, salvo raras exceções, dos militares, na qual eram e são os responsáveis pela defesa da soberania brasileira<sup>2</sup>.

Assim, os estudos geopolíticos brasileiros focaram-se no sentido de proteção das extensas fronteiras brasileiras, continentais e marítimas, frente aos vizinhos fronteiriços. Além disso, estes estudos focaram-se também na estratégia de segurança, frente a países da costa leste africana, tendo como embasamento teórico, estudos na qual nos levam a reflexão de uma geoestratégia.

A interligação dos estudos geográficos e o pensamento conservador brasileiro, expressando um conceito de nação e articulado ao de território, é o que resultaria como sendo o “pensamento geopolítico brasileiro”. Desta forma, Costa (1992), traz em seus escritos o que chama de problema da coesão interna, na qual o Brasil tem um caráter particular:

(...) A imensidão do território, o povoamento disperso e o fraco poder de articulação inter-regional da economia agrário-exportadora, ao lado de um poder central baseado na composição política com as oligarquias locais e regionais, representaram, desde a formação do Estado nacional, em 1822, um quadro distante de um federalismo clássico (como o norte-americano) e mais próximo de um conjunto político-administrativo-territorial unitário extremamente desarticulado em nível nacional. (p. 192).

Compartilhando a ideia do autor, os estudos geopolíticos de nosso país surgiram da necessidade de uma maior integração do território brasileiro, na qual se encontrava até o dado momento dispersos e distantes de um federalismo clássico, como por exemplo, o norte-americano.

---

<sup>2</sup> Ver COIMBRA, Marcos. **Soberania brasileira**. Disponível em: <http://www.brasilsoberano.com.br/artigos/sobeaniabrasileira.htm>.



Nesta perspectiva, os estudos geopolíticos brasileiros, têm como um dos mais destacados pioneiros na área, Backheuser, na qual declara seu ponto de partida em Ratzel. Neste sentido, Costa (1992), analisando a obra de Backheuser (1933), na qual temos o contexto da “Revolução de 30” e dos preparativos da Constituinte de 34, de modo que, no chamado “receituário geopolítico”, estaria centrado em duas estratégias principais, sendo elas a re-divisão territorial e a nova localização da capital. Assim, Backheuser (1933) evidencia:

(...) com essa fórmula, poder-se-iam corrigir os equívocos da divisão territorial implantada com a constituição republicana de 1891, baseada num federalismo inadequado ao país, no qual o peso dos estados sobrepunha-se ao da União. (apud COSTA, 1992. p. 198)

Desta maneira, a fórmula anti-regionalista, segundo Costa (1992), acaba com as regiões e, conseqüentemente, o peso relativos das oligarquias regionais na política nacional. Assim, aos novos estados caberia, apenas, a adaptação forçada a uma nova situação, na qual se exigiria a sua conformação ao poder da União.

A dispersão dos estados colocaria em choque o poder da União. Desta forma, a implantação de uma fórmula anti-regionalista daria maior poder a União e os Estados, uma maior submissão que, do ponto de vista de Backheuser, teria resultados melhores para a nação.

Segundo Costa (1992), no que se refere à localização da capital brasileira, é possível perceber essa tendência à centralização, de modo que Backheuser observa a função das capitais como peça-chave aos mecanismos promotores da coesão do todo nacional-território.

Além dos problemas internos do território brasileiro, o pensamento geopolítico do Brasil (militar) tratou das projeções externas do poder, na qual o pioneiro foi o General Mário Travassos, cuja obra mais conhecida foi publicada em 1931. Segundo Costa (1992), interessava a Travassos a posição brasileira face ao conjunto de terras e Estados sul-americanos, além da influência exercida pela vizinha Argentina.

O General Travassos trabalha com dois antagonismos, o Atlântico *versus* Pacífico e o Prata *versus* Amazonas, acreditando que estes antagonismos geográficos determinam os deslocamentos das políticas de



Segundo Costa (1992), o último dos clássicos no que se pode chamar de Geopolítica de Estado-Maior, desenvolvida pelo General Golbery do Couto e Silva, tem uma continuação de um pensamento “geomilitar”, na qual tem início com Backheuser e aprofundado por Travassos, de forma que:

No plano específico das suas idéias geopolíticas, também (como os demais) denotará fortes influências dos clássicos (especialmente Ratzel e Mackinder), cujos conceitos de espaço, posição, circulação, “heartland”, etc. serão amplamente utilizados para as análises sobre o território brasileiro e suas projeções externas(...) (COSTA 1992, p. 207).

Compartilhando a ideia de Costa 1992, Golbery teve em seus trabalhos a influência de estudos americanos (Spykman, principalmente) tornando-se o interlocutor local do autor norte-americano, em resposta aos apelos de 1942 do mesmo, que via o Brasil e os demais países sul-americanos como os detentores/assumidores regionalmente das tarefas estratégicas de defesa do “Novo mundo”.

A geopolítica brasileira do General Golbery do Couto e Silva, espelhada em estudos geopolíticos estrangeiros, tinha como aspectos fundamentais a abordagem da geopolítica como uma arte, sendo esta filiada a política, particularmente a estratégia ou política de segurança nacional.

Sob o novo formato, período de ditadura militar, a geopolítica dos anos 70 elaborou um discurso, que se rotulava “a idéia de Brasil potência”, adequado ao modelo de regime militar fechado e crescimento econômico. Neste sentido, o principal nome deste período é o General Meira Mattos, “(...) auto-intitulado discípulo de Mario Travassos e continuador dos estudos geopolíticos inaugurados sistematicamente por Backheuser (...)” (CASTRO, 2005, p. 215).

Nesta perspectiva, Meira Mattos, no que se refere ao “Brasil-Potência”, diz que o sucesso desta meta depende antes de tudo da “capacidade em captar os estímulos geográficos eminentes do território e transformá-los em estímulos geopolíticos”. (apud COSTA, 1992. p. 218). Apesar dos estudos de Mattos, isto não ocorreu com o Brasil, que no caso era ter sido consagrado uma potência mundial em 2000. Além disto, este modelo acentuou um desenvolvimento baseado na concentração de riqueza, na expansão das

desigualdades regionais e na ampliação da dependência tecnológica, processo acentuado por privatizações realizadas no período de Collor e FHC.

Assim, a influência de geopolíticos estrangeiros, não foi totalmente benéfica devido ao fato de que os mesmos pensamentos não obtiveram êxito, como era esperado pelos estudiosos brasileiros. Diversos fatores contribuíram para que o mito fosse derrubado e que ainda não nos consideremos uma potência. Como ser uma potência estando na condição de joguete hemisférico dos EUA, caçando comunistas a mando destes e entregando riquezas minerais exportadas sem valor agregado, sem distribuir renda e sem um processo de reforma agrária que acompanhou o desenvolvimento das principais potências capitalistas.

O mito Brasil-Potência, verdadeiro ícone do regime militar, foi severamente criticado por Cavagnari, "(...) autor contemporâneo de origem militar (coronel da reserva) especialista em estratégia, pesquisador universitário (...) investigador e crítico da velha geopolítica "oficial" de inspiração militar que tem predominado no país (...). (COSTA, 1992. p. 220). Ainda sobre o assunto, Costa (1992) comenta sobre a análise do autor:

Como o autor deixa claro, o país não dispõe de "excedentes de poder" que credenciem a desempenhar um papel de grande potência, principalmente porque todas as frimbrias do globo já se encontram dominadas pelas superpotências. O Brasil, argumenta, pelos mesmos critérios da geopolítica, constitui uma potência média, com âmbito estratégico na América do Sul, cujo poder aí lhe confere o "status" de potência regional (...) (p. 223)

Desta forma, percebe-se que os estudos geopolíticos brasileiros são baseados em autores estrangeiros e que se concentraram nas mãos dos militares, bem como, envolvidos com conteúdos relacionados à geoestratégica do país. Nos centros acadêmicos, ainda que timidamente e relacionado ao tema geomilitar, estes estudos já tiveram o passo inicial.

#### **1.1.6 A geopolítica brasileira**

O Brasil, como os outros países do globo terrestre, também começou a fazer estudos sobre o termo Geopolítico, embora em menor quantidade em relação a países como Estados Unidos e Alemanha. Baseando-se em teóricos

estrangeiros, principalmente em Ratzel<sup>3</sup>, os estudiosos brasileiros começaram seus estudos em relação a este tema. A Geopolítica, como visto anteriormente, foi tema de discussões que visava o entendimento se era uma ciência ou pseudociência. Deste modo, foi percebido que a Geopolítica é entendida como uma ferramenta intermediária entre a Geografia e a Ciência Política, ferramenta esta estudada, no caso do Brasil, principalmente em órgãos militares, como por exemplo, na Escola Superior de Guerra. Neste sentido, Vesentini (2007) relata em seus escritos a intenção que os percussores, no estudo geopolítico brasileiro, pretendiam:

(...) creo que existió un *proyecto geopolítico para Brasil*, basado a su vez, en un proyecto de reestructuración político-territorial pensado por los geopolíticos brasileños de aquel período (1920-1980), cuya implementación permitiría la modernización del país y la obtención del estatus de potencia regional o global(...) (p. 116)

Neste sentido, a partir de estudos geopolíticos, o país tornar-se-ia uma potência, tanto na região da América do Sul, bem como mundial, visto que, o mesmo possui um extenso território e uma excelente posição estratégica. Entretanto, a partir de 1980 o projeto geopolítico brasileiro começou a receber supostos questionamentos e o mesmo deveria ser repensado.

O território brasileiro caracteriza-se como o 5º em extensão, perdendo apenas para Rússia, Canadá, China e Estados Unidos, respectivamente. Observa-se que no caso brasileiro, como no das outras nações, há uma grande extensão de fronteiras, sejam marítimas ou continentais. Sendo assim, coloca-se em evidência a proteção destas fronteiras que, referindo-se no Brasil, tem-se uma longa fronteira continental e uma longa fronteira marítima, na qual a preocupação com a Segurança Nacional, ou seja, com um papel geopolítico eficiente torna-se uma constante. Nesta perspectiva, Ronald Schneider apud Mattos (1977) comenta sobre o Brasil:

País de dimensão continental, possuidor de recursos imensos, confrontando-se com Estados mais fracos exceto ao Sul, com uma fronteira protegida por territórios vazios, uma população que excede 100 milhões de habitantes e em rápido crescimento sem que venha

---

<sup>3</sup> É um autor comprometido com a teoria da expansão do espaço vital e com o pangermanismo, um referencial essencial para a justificativa e legitimação dos planos de guerra e anexação imperialista do Reich Alemão, na primeira e segunda, grandes guerras mundiais.

criar uma superpopulação, o Brasil, desde 1994, vem não somente crescendo economicamente de maneira excepcional, como tem mantido um alto grau de estabilidade política e sócia. Nos últimos anos vem seguindo sistematicamente uma estratégia mundial e regional de aumento de poder, influência e prestígio. Além disso, tem tirado vantagem de sua posição geográfica e econômica para se engajar num programa multifacetado, operando simultaneamente em três frentes: no hemisfério Sul do planeta onde se alça claramente como o mais importante poder, deixando muito atrás seus três rivais (Argentina, Austrália, África do Sul), no terceiro mundo e na América do Sul. (p. 79)

Compartilhando a ideia do autor, percebe-se que a influência do Brasil na América do Sul é muito considerável. Deste modo, a geopolítica brasileira centrou-se, basicamente, em estratégias para a proteção do extenso território, pois nossa posição continental (quase metade do território sul-americano) torna-se crucial, que segundo Mattos (1977), “(...) com um saliente lançado sobre a imensa massa afro-euro-asiática, incorpora-nos inevitavelmente à estratégia mundial (...)”. (p. 74). Sendo assim, um pensamento geopolítico militar tem vital importância a elaboração de dois planos, que Mattos (1977) aborda como sendo de capital importância para a segurança do Ocidente:

- o da defesa do Continente Americano, continente que por sua vocação histórica poderá um dia vir a se transformar, outra vez, em “bastião do mundo livre”, em cidadela das democracias;
- o da garantia da Segurança Atlântica, por termos em nosso território um do suporte da ponte estratégica que liga à massa afro-euro-asiática, e vice-versa. (p. 74).

Neste sentido, a correlação geopolítica e segurança, principal foco dos estudiosos geopolíticos brasileiros, principalmente, militares, salvo raras exceções, vêm sendo desenvolvidas a partir da década de 1930, de modo que estes são inspirados em escolas geográficas estrangeiras e não tem em seus escritos a formulação de novos conceitos, mas sim, um discurso correlacionado com os autores estrangeiros.

## **1.2 A geopolítica neoliberal do século XXI**

O período ao qual estar-se a conviver é marcado pela influência das multinacionais e transnacionais no cotidiano da sociedade do século XXI. A abertura ao capital estrangeiro, como também a descentralização das indústrias manifestam um período de espaços, no qual se inter-relacionam

hegemonizadores e hegemonizados. As consequências são o enriquecimento das grandes corporações, a partir do endividamento dos países subdesenvolvidos. Neste sentido, a Geopolítica contemporânea não condiz com a dos “autores clássicos” de modo que:

(...) A geopolítica dos “autores clássicos” era a de uma superfície terrestre plana e centrada na Europa. A geopolítica das últimas décadas parte da esfericidade da Terra, do planeta visto e mapeado a partir dos satélites espaciais, de projeções cartográficas múltiplas e centradas em diversos Estados (e não somente na Europa Ocidental). (...) (VESENTINI 1990, p. 78).

Nessa perspectiva, emerge uma nova geopolítica, na qual a mesma irá retratar assuntos além do poderio econômico da Europa Ocidental. Para isso, a Guerra Fria torna-se o elemento mais importante da atual geopolítica planetária. As relações no período de Guerra Fria constituem-se em um período de jogo estratégico, na qual a rivalidade e conivência entre as duas superpotências é o símbolo do período. (VESENTINI, 1990)

Como foi descrito, o termo globalização não é contemporâneo, mas o mesmo ganhou evidência nas últimas décadas.

O período da Guerra Fria, conflito ideológico marcado pela bipolaridade das potências EUA *versus* URSS, é a inserção de uma globalização informacional, como também a inserção dos primeiros megablocos. Neste sentido Vizentini (2000) salienta

(...) A globalização constitui o elemento central da história mundial nos anos 90. Este fenômeno tem recebido definições técnicas bastantes restritivas, tais como “o aumento do comércio internacional num percentual superior ao aumento da produção dentro dos países”, “a internacionalização do capital financeiro” ou “a mundialização da produção industrial, segmentada por diferentes países”. Estas características, contudo, representam sobretudo manifestações de um processo impulsionado fundamentalmente pela concorrência em busca de maior competitividade e de mercados consumidores. Tal competição, por sua vez, tem sido dinamizada e condicionada pela revolução científico-tecnológica. (p. 188)

Ao encontro dos escritos do autor evidencia-se a desigualdade existente entre a sociedade, de modo que, nem todos os países acompanharam em ritmo e intensidade a revolução científico-tecnológica.

Nesta linha, observa-se a invasão das grandes corporações mundiais nos espaços subdesenvolvidos, atraídos por mão-de-obra barata, bem como incentivos fiscais. Desta forma, percebe-se a mundialização do capital, impulsionado pelo neoliberalismo, cujo lucro e acumulação de capital a pregado acima de um desenvolvimento social da sociedade mundial.

Nessa perspectiva, ressalta-se que a globalização vai além de um fenômeno de abertura simultânea das economias nacionais, desmentindo que se tornaria uma mundialização homogeneizada. Entretanto, a globalização é seletiva, de modo que visa determinadas regiões, atividades e segmentos sociais a serem integrados mundialmente. (VIZENTINI, 2000)

Ao passo do processo desta globalização desigual, fica visível que, enquanto espaços são integrados globalmente, outros são excluídos, ficando perifericamente à transformação do século XXI.

Logo, conduzindo a uma diversificação dos espaços mundiais, além de agravar o abismo entre os acumuladores de riquezas e trabalhadores. (VIZENTINI, 2000)

As disparidades econômicas em termos sociais e nacionais existiram desde o próprio surgimento da história da humanidade, cuja classe privilegiada deteve o poder a partir do trabalho das classes menos favorecidas.

Ao mesmo ponto, atualmente as multinacionais e/ou transnacionais apoderam-se dos Estados, como também da própria sociedade. Corroborando este pensamento, Vizentini (2000) salienta que:

(...) O capitalismo neoliberal triunfante passou de um discurso antiestatista libertador à prática explícita da redução de salários, eliminação de postos de trabalho e esmagamento de direitos sociais conquistados com imensos sacrifícios ao longo de mais de um século (...). (p. 189).

A inserção do capitalismo neoliberal acarreta no enfraquecimento do Estado, como também na dependência em que o mesmo acaba por ficar em relação às grandes corporações mundiais. Sendo assim, os países centrais apoderaram-se dos países do terceiro mundo, na qual Vizentini (2000) refere-se que:



(...) O Terceiro Mundo, por sua vez, foi submetido a novas formas de dominação a partir da ação de instituições disciplinadoras como o Banco Mundial, o FMI, a Organização Mundial do Comércio e o Conselho de Segurança da ONU, direta ou indiretamente controlados pelos Estados Unidos (...) (p. 189).

Corroborando os escritos do autor, observa-se a emergência dos países centrais, como também a submissão dos países do Terceiro Mundo frente às potências mundiais. As inter-relações existentes entre as nações, como também entre a própria sociedade, são marcadas por uma relação de opressão de classes sociais hegemônicas sobre as classes menos privilegiadas. Nessa linha, o fim da velha ordem mundial, bem como o início da nova ordem mundial, marcada pela multipolaridade, não confirmou o que os defensores do capitalismo ilustravam, pois ao passo da Queda do Muro de Berlim (1989), percebeu-se aumento de conflitos étnicos, na África Subsaariana e Oriente Médio, como também a dominação dos países centrais em relação aos espaços dos países do Terceiro Mundo.

Segundo Vizentini (2000) o fim da Guerra Fria foi acelerado pela globalização, como também a mesma acelerou as tendências à regionalização e à fragmentação, inerentes a esse processo. Sendo assim, a competitividade, a atuação do capital financeiro, emergiram como força do capitalismo contemporâneo, cuja remoção da soberania dos Estados-Nação é fato consolidado no presente momento. Ratificando o mencionado, Herrera (1998) corrobora

(...) Enquanto que, até tempos recentes, os Estados eram considerados de forma indiscutível como os agentes mais importantes na regulação das relações internacionais, a difusão das teses neoliberais e o avanço das tendências globalizadoras têm coadjuvado a que outros atores internacionais passem a ter um maior papel. Tal é o caso das empresas transnacionais e de alguns organismos e organizações internacionais que – como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) – estão estabelecendo normas muito rigorosas para a regulação das relações internacionais em função dos interesses das principais potências mundiais. (...) (p. 123).

O regulamento comercial mundial está calcado no conflito de interesses das grandes potências mundiais, marginalizando países latino-americanos, como também os não-desenvolvidos do restante do planeta. As contradições

acerca do capitalismo neoliberal, fica obscura por um pseudo-desenvolvimento, visto que, os países centrais apoderam-se das riquezas dos países semi-periféricos e periféricos. Segundo Herrera (1998), as aplicação das políticas neoliberais, acentua as situações de instabilidade, política, financeira, como também sociais em nossos países.

Ao passo da emersão da multipolaridade, a regionalização a partir da estruturação de megabloços, é a estruturação em que países unem-se para abranger seus mercados consumidores. Contudo, a situação não abarca todas as classes sociais, como também o desenvolvimento social das nações. Desta forma Vizentini (2000), ratifica que:

(...) a estruturação dos megabloços, isto é, dos processos de integração econômica supranacional em escala regional, longe de significar uma harmonização de interesses dentro de mercados abertos no plano mundial, representa em larga medida o contrário: a liberalização comercial entre os países integrantes de cada bloco é acompanhada pelo estabelecimento de um protecionismo ainda maior em relação ao resto do mundo. As consequências só não foram mais graves até agora porque as rivalidades ocorrem dentro de um sistema fortemente interdependente (...) (p. 191).

A criação dos megabloços evidencia um espaço de exploração, como também incentivo ao crescimento do capitalismo neoliberal. Nessa linha, a integração europeia, pós Segunda Guerra, o NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) consolida uma nova fase do capitalismo. Ao que se refere a política neoliberal Herrera (1998) salienta que:

(...) A forma soa a qual o neoliberalismo foi imposto e se estendeu, nos países latino-americanos em particular e subdesenvolvidos em geral, fez com consequência que alcançasse uma inusitada credibilidade e legitimidade em nível mundial e se convertesse em uma espécie de filosofia oficial também nos organismos internacionais. Tudo isso dificultou que se enxergasse desde cedo que ele é um sistema teórico contraditório (...) (p. 121).

O NAFTA, por exemplo, política do capitalismo neoliberal, integra os Estados Unidos, Canadá e México com a assinatura do acordo em 1º de janeiro de 1994, sendo esta data, o início levante de Chiapas, no sul do México. Entretanto, como o próprio nome do bloco, o mesmo não abarca uma integração social, mas sim uma integração econômica com o objetivo de extinguir as tarifas alfandegárias. Sendo assim, percebe-se que:

(...) A criação do NAFTA, então permitiu aos Estados Unidos a articulação de um espaço regional de manobra para a reconversão de sua economia, num quadro de dificuldades para o livre comércio no plano mundial e da articulação de outros blocos rivais. Além disso, o NAFTA constituiu um elemento de atração para a América Latina, com Washington sinalizando para a criação de uma área de livre comércio hemisférica (...) (VIZENTINI, 2000, p. 195).

A abertura econômica nos países latino-americanos possibilita aos Estados Unidos fazerem frente à economia europeia, como também ao crescimento econômico na bacia do Pacífico.

Nesta última, a emergência do capitalismo fica pelas potências japonesa, chinesa, como também os Tigres, sendo este o pólo mais promissor do mundo capitalista. Sendo assim, as pressões norte-americanas inserem-se também nas políticas econômicas da União Europeia, como também em relação às interações econômicas com os blocos latino-americanos, como por exemplo, o MERCOSUL. A partir do mencionado, Herrera (1998) ainda salienta:

(...) Porém, a abertura, a todo custo impulsionada pelos centros do poder mundial, tem desembocado em uma interdependência muito assimétrica entre as nações que compõem o planeta, o que se evidencia na concentração cada vez maior da tomada de decisão sobre os principais problemas mundiais e na concentração do poder em um reduzido número de atores internacionais (...) (p. 122)

Sendo assim, a própria abertura econômica é contraditória, visto que não atende políticas sociais a todas as nações, mas sim o incentivo a um capitalismo neoliberal regulamentado por organismos e organizações, além das potências mundiais. Desta forma, vislumbram-se políticas, cuja todas as nações sejam atendidas nas suas sumas necessidades, contrapondo a concentração e alienação.

A estruturação em megablocos deverá propor um comprometimento socioeconômico, alavancando o processo de cidadania entre as nações. Neste sentido, as políticas deverão orientar-se para além de políticas ao capital financeiro, mas também abarcar e/ou propulsar o desenvolvimento social, como também preservação ambiental, do planeta Terra. Ainda no paradoxo do neoliberalismo, Loureiro (2004) aborda:

(...) quando questionamos o sentido utilitarista do modelo neoliberal, a compreensão da concorrência e da competitividade aí vistas como naturais e necessárias (...) ao domínio da natureza como algo exterior, a crítica não pode ser no sentido de dizer que não há ética no capitalismo (...) É preciso compreender que é uma ética divergente da que buscamos ver consolidada na sociedade, mas é uma ética – a ética liberal, que legitima a busca por crescimento econômico, a minimização do Estado, o livre mercado total, a competitividade e o desenvolvimento tecnológico como instrumento suficiente para minimizar os impactos ambientais (...) (p. 51)

Corroborando os escritos do autor, busca-se através da Educação Ambiental (EA) a construção de uma nova ética, na qual abarque uma democratização calcada na responsabilidade com o outro, uma geopolítica da alteridade. Entretanto, as barreiras a serem transpostas são as “batalhas” a serem enfrentadas pela EA em uma ação individual e coletivamente, balizada pela criticidade e emancipação dos sujeitos.

### **1.3 A economia modifica o espaço geográfico**

As construções e/ou reconstruções do espaço geográfico ao longo da história é ditada pelo interesse e necessidade do ser humano. Ao passo, da própria história humana, as modificações foram contínuas como também, tem emergido consequências irreversíveis na atualidade.

Antigamente – período neolítico – ainda que tivessem transformações, a população mundial constituía-se em um número muito inferior do que na contemporaneidade. Atualmente, o Planeta Terra conta com uma população acima dos sete bilhões, marcada pelo capitalismo-consumista centrado nas populações dos países ricos, nas elites dos países periféricos incluindo países como os BRICS<sup>4</sup>. Além disto, a ideologia do individualismo do neoliberalismo assume o controle do planeta. Além disso Santos (1997) ao referir-se a competitividade do capitalismo neoliberal aborda

---

<sup>4</sup> A ideia dos BRICS foi formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O’Neil, em estudo de 2001, intitulado “Building Better Global Economic BRICs”. Fixou-se como categoria da análise nos meios econômico-financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação. Em 2006, o conceito deu origem a um agrupamento, propriamente dito, incorporado à política externa de Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, por ocasião da III Cúpula, a África do Sul passou a fazer parte do agrupamento, que adotou a sigla BRICS. (Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>).

(...) A competitividade é outro nome para a guerra, desta vez planetária, conduzida, na prática, pelas multinacionais, as chancelarias, a burocracia internacional, e com o apoio, às vezes ostensivo, de intelectuais de dentro e de fora da Universidade. (...) (p. 19)

Ao passo da evolução histórica, além do crescimento populacional heterogêneo no globo terrestre, houve a expansão de territórios, bem como, exploração irracional do meio natural. Nessa perspectiva, o início do século XVI é um ponto de emergência a ser analisado, pois no caso brasileiro, é a partir do seu “descobrimento” que propulsará as maiores modificações ao meio natural realizadas pela ação antrópica.

Neste sentido, a busca por novos territórios, especiarias, metais preciosos, produtos monoculturas para exportação, dentre outros objetivos aqui não mencionados, que fizeram as grandes potências lançarem-se aos mares, dando início a era do capitalismo mercantil. Inicialmente, Portugal e Espanha, como também holandeses, ingleses e franceses designaram grupos para o início de um período marcado por colônias de exploração e/ou povoamento. No Brasil, sendo uma colônia de exploração, servindo a sua metrópole Portugal, o colonizador explorou irracionalmente o espaço natural brasileiro, de modo que, atualmente tenhamos que encarar alguns processos de extinção de certas espécies de fauna e flora.

Na Europa, locus da Primeira Revolução industrial, tem-se uma urbanização acelerada, bem como o surgimento de novas cidades, ainda que ambos localizados aos arredores das regiões carboníferas. Segundo Santos (1988) “(...) com o aumento das populações urbanas, ocupadas em atividades terciárias e secundárias, o campo é chamado a produzir mais intensivamente (...)” (p. 42). Nesse contexto, o avanço tecnológico emergiu sérios problemas sociais no continente, além de corroborar com a extinção da paisagem natural nas regiões de concentração industrial e/ou urbana. Assim, Santos (1988) assevera que:

(...) A urbanização ganha, assim, novo impulso e o espaço do homem, tanto nas cidades como no campo, vai tornando-se um espaço cada vez mais instrumentalizado, culturizado, tecnificado e cada vez mais trabalhado segundo os ditames da ciência. (...) (p. 43).

O período mencionado remete-se ao período da inserção de um novo capitalismo, ou seja, o capitalismo industrial, na qual os avanços tecnológicos, ainda que inferiores aos atuais emergissem desempregos estruturais. Deste modo, além das cidades crescerem, diminuição da paisagem natural, instalava-se períodos de recessão social, pois as indústrias não abarcavam a população total.

Ainda que o processo de industrialização no território brasileiro aconteça tardiamente em relação ao industrialismo europeu (por volta de duzentos anos), o Brasil enfrentou períodos marcados por ciclos econômicos de exploração, na qual a paisagem natural sempre foi o objeto do antropocentrismo. Corroborando o mencionado, o processo de extinção da Mata Atlântica, na qual observamos atualmente, é consequência de ciclos econômicos de exploração, ao qual serviu a metrópole por séculos.

O período atual é marcado pela mundialização do capital, das culturas, dentre vários aspectos, dando origem ao capitalismo financeiro, propulsado pela Revolução Informacional, iniciada na metade do século XX. O Brasil, inserido no espaço global, ainda que seja considerado um país emergente, enfrenta o caos do aumento de uma urbanização descontrolada, como também a artificialização dos espaços. Nesse contexto, Santos (1988) nos relata que:

(...) A universalização do mundo por ser constada nos fatos. Universalização da produção (...) Universalização das trocas, universalização do capital e do seu mercado, universalização da mercadoria, dos preços e do dinheiro como mercadoria-padrão, universalização das finanças e das dívidas, universalização do modelo de utilização dos recursos por meio de uma universalização relacional das técnicas, universalização do trabalho (...) universalização do ambiente das firmas e das economias, universalização dos gostos, do consumo, da alimentação. Universalização da cultura e dos modelos de vida social, universalização de uma racionalidade a serviço do capital erigida em moralidade igualmente universalizada, universalidade de uma ideologia mercantil concebida do exterior, universalização do espaço, universalização da sociedade tornada mundial e do homem ameaçado por uma alienação total. (p. 14)

Ao encontro dos escritos, corrobora-se que ambas universalizações ocorrem de forma heterogênea. Ainda que, salienta-se a interdependência do mundo atual, remete-se também ao fato da heterogeneidade em que os espaços universalizam-se.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o território brasileiro possui uma população absoluta de 190.732.694 distribuída em um território de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, conferindo-lhe uma população relativa de 22,4 hab/km<sup>2</sup>. (Censo 2010) A distribuição heterogênea no território brasileiro deve-se a questões históricas, na qual se tem um litoral povoado e um interior com vazios demográficos.

## 2. O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS E A REALIDADE DA EXPANSÃO PORTUÁRIA E DO SETOR NAVAL

O presente capítulo trará os aspectos do desenvolvimento econômico crescentista no Município do Rio Grande/RS a partir da expansão da indústria naval.

### 2.1 Contextualizando o campo de estudo

O Município do Rio Grande/RS é o mais antigo do Estado do Rio Grande do Sul, com fundação em 19 de fevereiro de 1737, pelo Brigadeiro José da Silva Paes. O município foi parte do plano político de discussão entre regiões metropolitanas e coloniais. Localizado à margem sul do canal que liga a Laguna dos Patos ao Oceano Atlântico, Rio Grande/RS faz parte da maior costa retilínea do mundo, de Laguna/Santa Catarina a Maldonado/Uruguai. Nesse sentido, ressalta-se o Balneário do Cassino, que faz parte do Município. (MARTINS, 2006)

**Figura 2 - Localização Município do Rio Grande/RS**



Fonte: Blog Acquamires  
IN: [www.blogdaacquamires.blogspot.com](http://www.blogdaacquamires.blogspot.com)

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade de Rio Grande/RS tem uma população absoluta de 197.228 (2010) distribuída num território de 2.709,534km<sup>2</sup>. Nesse contexto, a densidade



demográfica de Rio Grande/RS é de 72,79 hab/km<sup>2</sup>, uma média bem acima da densidade demográfica do território brasileiro<sup>5</sup>.

A cidade de Rio Grande/RS, em 1920, possuía uma precária diversificação de indústrias, concentrando-se, principalmente, na indústria do pescado, bolachas e bebidas. Em 1937, tem-se a fundação da Refinaria de Petróleo Ipiranga, com forte apoio do Governo Federal, chefiado pelo então presidente Getúlio Vargas. O crescimento industrial da cidade traz imigrantes para o município, na qual cresce também a organização operária, formando diversos sindicatos. (MARTINS, 2006)

O período da Ditadura Militar (1964-1984) trouxe grandes transformações para Rio Grande/RS, como também impactos sociais e ambientais, resultado de descartes de objetos industriais não controlados. Já que a cidade já se constituía historicamente como importante eixo geoestratégico, processo hoje atualizado na cidade pela construção do Superporto, além disso, ocorreu melhoramento nas vias de acesso ao município, atraindo diversos investimentos, como também transformando Rio Grande/RS em “Zona de Segurança Nacional”.

Atualmente, Rio Grande/RS está passando por um processo de crescimento no que se refere à expansão do novo polo naval, recebendo diversos investimentos (privados e governamentais), configurando-se num dos principais centros portuários do Brasil. A atração de investimentos, propiciada pelos estaleiros, culminou com a construção de uma plataforma petrolífera, a P-53, que teve início em 2005 e término em 2008.

A construção da P-53 gerou empregos no município atraindo grandes empresas do setor, além de discussões acerca da distribuição dos recursos. Sendo uma construção de alta tecnologia, a P-53 exigiu mão de obra qualificada para a sua construção.

Ainda que se constitua em um importante centro universitário, a cidade de Rio Grande/RS não possui mão de obra especializada que atenda à demanda da construção da plataforma petrolífera. Dessa forma, Rio Grande recebeu, e ainda recebe, migrantes de todas as regiões do estado e/ou país,

---

<sup>5</sup> Ver Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) Censo 2010.

que estão capacitados para atuar no setor e vem atraídos pela prosperidade econômica da região.

Visto a necessidade de mão de obra qualificada para dar suporte as modernas construções que estão se instalando em Rio Grande/RS, a Universidade do Rio Grande (FURG) impulsiona a criação de novos cursos, direcionando-os para a atividade naval.

## **2.2 Conheça o porto de Rio Grande/RS**

Rio Grande é o porto mais meridional do território brasileiro, privilegiado por seus aspectos geográficos e geopolíticos. O Porto do Rio Grande consolidou-se como porto do Conesul, interligado por um sistema modal com os países do MERCOSUL. Dentre os portos brasileiros, o Porto do Rio Grande é considerado o segundo mais importante do Brasil, influenciando no desenvolvimento do comércio brasileiro. Corroborando o mencionado, Domingues (1995) salienta:

(...) a cidade do Rio Grande está situada junto à fronteira política do Brasil com o Uruguai, distando desta cerca de 220 quilômetros, sendo o porto mais austral do Brasil no Atlântico Sul e, portanto, o primeiro porto brasileiro no extremo sul do país. (...) (.p 23).

Assim, o porto gaúcho tem passado, nos últimos anos, por construções e/ou reconstruções, almejando uma produtividade cada vez maior, o que só vem a contribuir para o desenvolvimento do país.

Dotado de um calado de 40 pés, o Porto do Rio Grande possui excelente profundidade em seus terminais de granéis e de contêineres, superando os portos argentinos, uruguaios e catarinenses. Com características favoráveis e condições operacionais privilegiadas, o porto torna-se o viés perfeito para o transbordo de contêineres e de completamento de carga de granéis dos países da Bacia Hidrográfica do Prata. Além disso, em seu cais público, Porto Novo, com 31 pés de calado, o porto rio-grandino oferece invejável disponibilidade de atracação, possuindo um cais com cerca de 2Km de extensão. (PORTO DO RIO GRANDE, 2012)

Segundo Domingues (1995), o Porto do Rio Grande é considerado um “enclave marítimo-continental” de modo que:

(...) adotando-se uma perspectiva de análise dos portos a partir dos mares e não dos continentes, pode-se afirmar que são os mares que adentram os continentes e não os continentes que adentram os mares. São os continentes que operam como barreiras à livre circulação dos mares e não o oposto. É neste sentido, que os “portos naturais marítimos” costeiros e interiores podem ser vistos como entrepostos avançados do mar dentro dos continentes e, portanto, como os “enclaves marítimo-continentais”; pois são os navios que penetram os continentes e não os trens e caminhões que penetram os oceanos e mares. (...) (p. 25).

**Figura 3 – Porto Novo**



Fonte: Porto Rio Grande

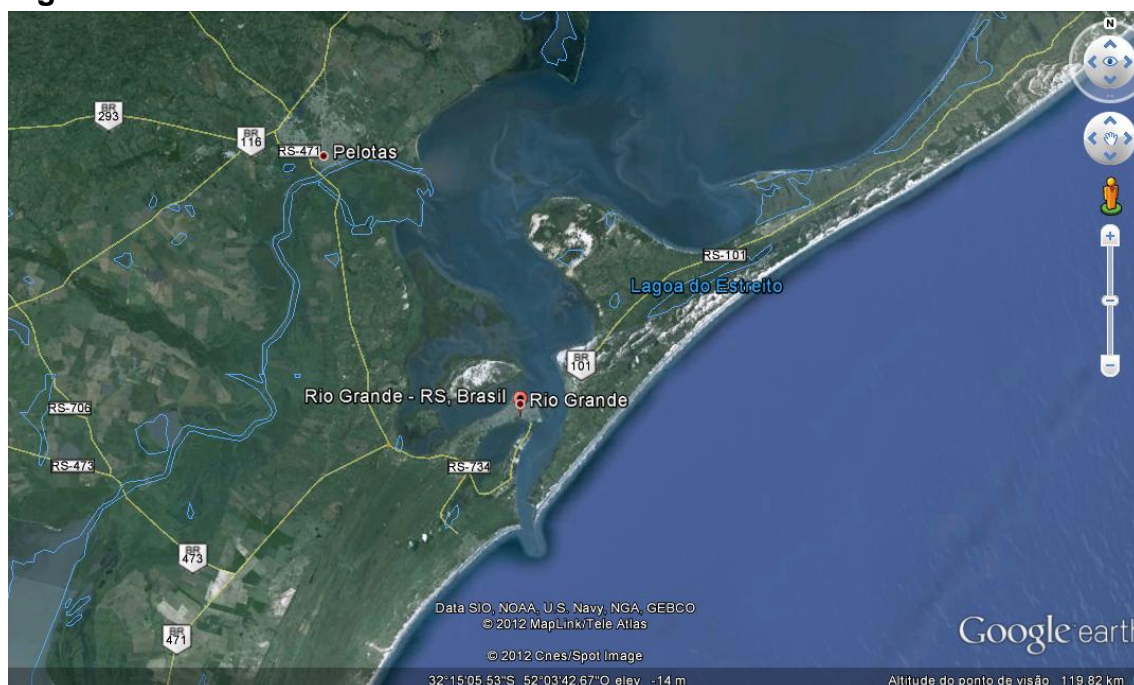
Inserido em um eixo modal diversificado, com excelente oferta de infraestrutura e transporte, ou seja, os modais: rodoviário, hidroviário, ferroviário e aeroportuário permitem sua interligação com o Estado, país e mundo. Desta forma, Domingues (1995) corrobora que

(...) O interessante a destacar no caso do Rio Grande é que, em se tratando de um grande complexo portuário, torna-se óbvio que o mesmo só poderia estar ligado à economia mundial, por tratar-se de um “corredor de exportações” implantando para viabilizar a articulação/integração da economia regional com o mercado mundial, servindo de porta de entrada e de saída de insumos e produtos industrializados e semi-industrializados. É aqui que o local, o Superporto do Rio Grande, torna-se um “nó” fundamental na rede dos fluxos de comércio do Rio Grande do Sul. (...) (p. 27).

Situado a 32 graus 07 minutos e 20 segundos de latitude Sul e a 52 graus 05 minutos e 36 segundos de longitude Oeste de Greenwich, é o porto de mar mais meridional do Brasil, localizado na margem Oeste do Canal do Norte, que é o escoadouro natural de toda a bacia hidrográfica da Laguna dos Patos.

Dos três Portos Organizados do Estado, Rio Grande é o mais importante, como único porto marítimo, dotado de características naturais privilegiadas, capaz de ser desenvolvido racionalmente, em condições de atender à navegação de longo curso, que exige boas profundidades.

**Figura 4 – Eixo Intermodal**



Fonte: Google earth

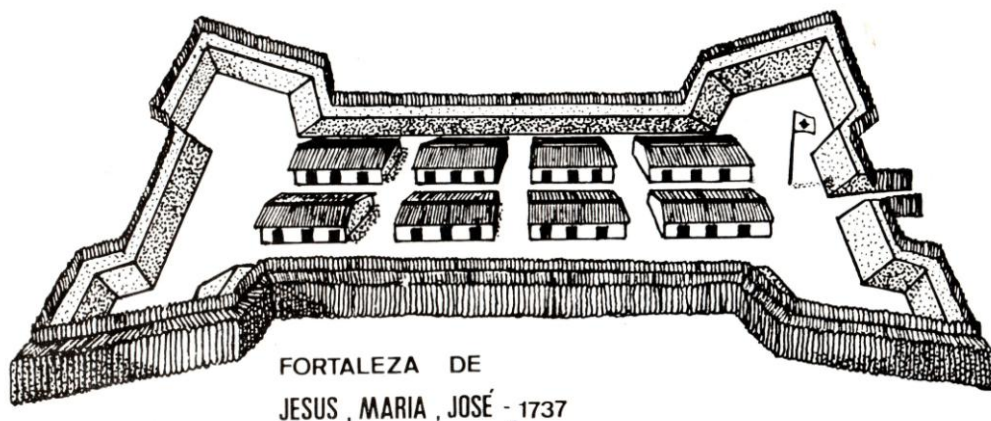
Org: GOMES, Róger Walteman Gomes.

### **2.3 Histórico do Município do Rio Grande/RS**

A denominação "Rio Grande" vem do fato de, dois séculos atrás, os navegantes que se dirigiam à Colônia do Sacramento pensarem que a embocadura da Lagoa dos Patos fosse a foz de um grande rio. O primeiro registro de transposição da Barra do Rio Grande é de 1737, quando o Brigadeiro José da Silva Paes chegou para iniciar o povoamento dessa região que passou a ser conhecida como Rio Grande de São Pedro ou São Pedro do

Rio Grande, e construiu a fortificação de madeira denominada de Forte Jesus Maria José. Segundo historiadores, muitos que visitavam a região não acreditavam no seu desenvolvimento, ou mesmo que viesse a se constituir uma cidade aqui, devido às condições naturais pouco favoráveis. (PORTO DO RIO GRANDE, 2012)

**Figura 5 – Fortaleza de Jesus Maria José**



A primeira providência oficial para melhorar a segurança da navegação ocorreu em 1846, quando o Governo Imperial criou a Inspeção da Praticagem da Barra. Após essa providência, reduziram-se consideravelmente os acidentes na Barra. (PORTO DO RIO GRANDE, 2012)

Passou a desenvolver-se uma crescente navegação através da Barra, sendo contadas em 1847, 668 embarcações que a transpuseram. Surgiu um pequeno porto, localizado onde hoje é o Porto Velho, no centro da cidade, frequentado principalmente por embarcações à vela. A contínua agitação das águas na embocadura, as frequentes mutações dos canais e as profundidades insuficientes que raramente ultrapassavam 3,6 metros, tornavam a transposição da Barra extremamente perigosa, cobrando um pesado tributo à navegação em acidentes marinhos, inviabilizando o comércio e o desenvolvimento da região. (PORTO DO RIO GRANDE, 2012)



**Figura 6 – Porto Velho**



Fonte: Porto Rio Grande

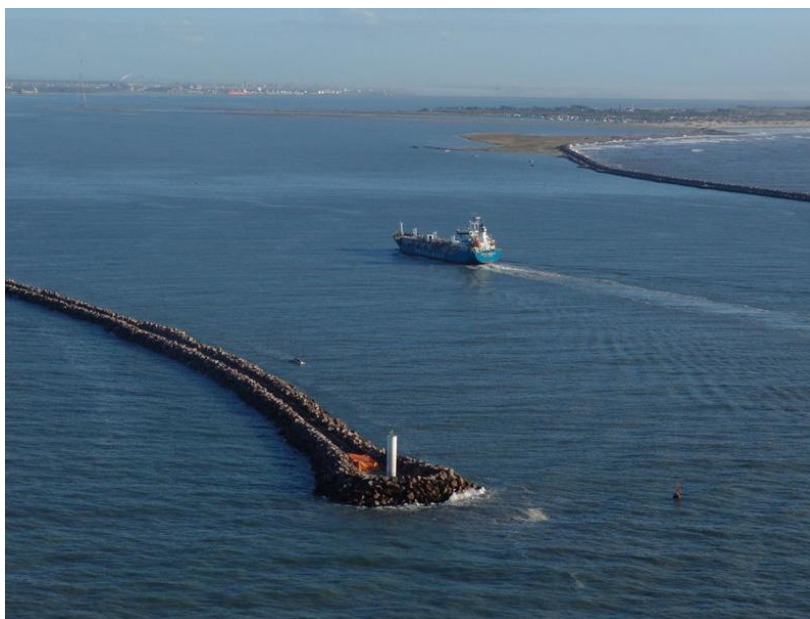
Em 1855, o Ministério da Marinha enviou o Ten.Cel. Eng. Ricardo Gomes Jardim, especializado em engenharia hidráulica, para estudar a Barra e o Porto e concluiu "que devem reputar-se inexequíveis, senão mais nocivos do que úteis, quaisquer construção de pedra ou de madeira, no intuito de prolongar o leito do rio ou dar maior força à corrente". A seguir, outros consideraram a Barra "não suscetível de melhoramentos por meio de trabalhos hidráulicos". Em 1860, a profundidade da Barra não ia além de 2,20 metros. (PORTO DO RIO GRANDE, 2012)

Somente em 1875, Sir John Hawkshaw, comissionado pelo Governo Imperial, visitou o Porto do Rio Grande e propôs a construção de quebra-mares partindo do litoral para o oceano, de um e outro lado da embocadura com uma extensão de cerca de 2 milhas (3.220m) cada. (PORTO DO RIO GRANDE, 2012)

Em 1906, o engenheiro Elmer Lawrence Cortheill foi contratado pelo Governo Brasileiro para executar as obras de fixação da Barra de Rio Grande, com aprofundamento para 10m, e a construção de dois molhes convergentes e um novo porto na cidade do Rio Grande (hoje conhecido como Porto Novo). Cortheill organizou a companhia "Port of Rio Grande do Sul", com sede em Portland, Estados Unidos, que construiria e exploraria o porto por 70 anos. (PORTO DO RIO GRANDE, 2012)

O projeto da Barra (FIGURA 3), a ser executado, originou-se da comissão presidida pelo engenheiro Honório Bicalho, em 1883. Posteriormente, pouco alterado, analisado e aprovado pelo engenheiro holandês Pieter Caland, em 1885, propôs a adoção de molhes convergentes. (PORTO DO RIO GRANDE, 2012)

**Figura 7 – Molhes da Barra**



Fonte: Porto Rio Grande

Em 1908, devido às dificuldades financeiras, o engenheiro Cortheill obteve nos EUA o capital necessário à execução das obras e formou-se em Paris a "Compagnie Française du Port du Rio Grande do Sul", com capitais europeus, à qual foi transferido o contrato por meio do decreto nº 7.021, de 09 de julho de 1908. Dois anos depois, iniciaram-se efetivamente os trabalhos de construção dos molhes e do novo porto. (PORTO DO RIO GRANDE, 2012)

Em 1º de março de 1915, aproximadamente às 17h30min, o navio-escola Benjamin Constant, da Armada nacional, calando 6,35 metros, transpôs a Barra e, por volta das 18h30min, atracou no cais do Porto Novo do Rio Grande, em meio a solenidades festivas. Em 15 de novembro de 1915, foi inaugurado o primeiro trecho de cais do Porto Novo, numa extensão de 500 metros, logo entregue à operação. (PORTO DO RIO GRANDE, 2012)

O trabalho teve continuidade em 1919, quando, em vista das dificuldades enfrentadas pela companhia francesa, após a 1ª Grande Guerra,

foram encampadas pela União e transferidas ao Estado do Rio Grande do Sul as obras da Barra e do Porto do Rio Grande. (PORTO DO RIO GRANDE, 2012).

Em 1934, a União renovou o contrato de concessão portuária ao Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de 60 anos, incluindo a manutenção de hidrovias do Estado. (PORTO DO RIO GRANDE, 2012).

Em 1951, face à importância que passou a adquirir o complexo hidroportuário rio-grandense, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul criou, através da lei nº 1561, de 1º de outubro de 1951, o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais - Deprc, autarquia que englobou os serviços concedidos, entre eles o Porto do Rio Grande, e outros executados pelo Estado na área hidroviária.<sup>6</sup> (PORTO DO RIO GRANDE, 2012).

Em 1970, pela dragagem do canal de acesso à Barra para navios calando até 40 pés e pela incorporação da área de expansão (Superporto), abriram-se amplas perspectivas de crescimento e desenvolvimento do Porto do Rio Grande. (PORTO DO RIO GRANDE, 2012).

No ano de 1994, mês de agosto, expirou o prazo do Contrato de Concessão Portuária ao Estado, que foi prorrogado até 31 de março de 1997, para possibilitar os ajustes impostos pela Lei nº 8.630/93. A Lei 8.630/93 mudou significativamente as relações de trabalho e a operação nos portos brasileiros e em Rio Grande não foi diferente. Hoje, entre outras alterações, a operação portuária é feita totalmente por operadores portuários privados. (PORTO DO RIO GRANDE, 2012).

A Lei Estadual nº 10.722, de 18 de janeiro de 1996, desmembrou o Porto do Rio Grande do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, criando a autarquia Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG, para administrar o Porto do Rio Grande, na qualidade de executor da Delegação da União ao Estado do Rio Grande do Sul, situação atual do complexo portuário do Rio Grande, cuja vocação é de ser o grande centro concentrador de cargas do MERCOSUL. (PORTO DO RIO GRANDE, 2012).

Em 27 de março de 1997, foi assinado o Convênio nº 001/97 - PORTOS/97, que delegou ao Estado do Rio Grande do Sul a administração e

---

<sup>6</sup> Ver Lei n.º 1.561, de 1º de outubro de 1951. Disponível em: [http://www.sph.rs.gov.br/sph\\_2006/content/pdf/portaria\\_1561.pdf](http://www.sph.rs.gov.br/sph_2006/content/pdf/portaria_1561.pdf)



exploração dos portos de Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre e Cachoeira do Sul, por mais 50 (cinquenta) anos. (PORTO DO RIO GRANDE, 2012).

**Figura 8 – Vista aérea do Município do Rio Grande/RS**



Fonte: Porto Rio Grande

Ao observar a figura acima, percebe-se o “cercado” aquático ao qual o Município do Rio Grande/RS encontra-se. Neste sentido, o avanço da urbanização vai de encontro ao ecossistema aquático presente na região, provando impactos nos mesmos. O avanço da urbanização deve-se à expansão portuária, que apresenta uma diversificação de atividades, desde terminais de setores primários a setores de bens de consumo duráveis.

**Figura 9 – Pátio automotivo do Porto Novo**



Fonte: Porto Novo

Além disso, o Terminal de Containers é considerado a segunda movimentação do Brasil, concretizando-se como um dos maiores terminais do país. A utilização de guindastes de alta tecnologia é operada com a mão de obra especializada no setor.

**Figura 10 - TECON**



Fonte: Porto Rio Grande

O polo petroquímico à margem do ecossistema aquático é questionado pelas ONGs, devido aos impactos que os mesmos produzem, como a emissão de poluentes atmosféricos e aquáticos na região.

**Figura 11 - Petroquímicos**



Fonte: Porto Rio Grande

Enquanto a expansão portuária vigora no final do século XX e início do século XXI, o meio natural cede espaço, forçadamente, para a dominação antrópica.

**Figura 12 - Superporto**



Fonte: Porto Rio Grande

## **2.4 A movimentação do Porto do Rio Grande/RS**

O Porto do Rio Grande tem atingido crescimento significativo na última década, resultado de novas políticas aplicadas ao desenvolvimento nacional. Neste sentido, foi buscado neste capítulo, uma análise dos dados estatísticos, disponibilizados pela Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG)<sup>7</sup>. Os dados analisados compreendem o período de 2008 até o ano de 2011, compreendendo quatro anos de construções e/ou reconstruções do espaço portuário. Desta forma, foram analisados dois quesitos estatísticos: a movimentação total por ano, como também a movimentação por segmento de carga.

---

<sup>7</sup> Os dados estatísticos estão reservados aos direitos da SUPRG, ao passo que, qualquer enumeração incorreta o autor não se compromete justificar.



**Tabela 1 - MOVIMENTAÇÃO TOTAL - PORTO DO RIO GRANDE – 2008**

<b>2008</b>	<b>TON</b>
JANEIRO	1.714.514
FEVEREIRO	1.975.190
MARÇO	2.114.376
ABRIL	2.455.848
MAIO	2.550.544
JUNHO	2.514.928
JULHO	2.574.814
AGOSTO	2.117.594
SETEMBRO	1.772.251
OUTUBRO	2.053.829
NOVEMBRO	1.464.340
DEZEMBRO	1.325.014
<b>TOTAL</b>	<b>24.633.242</b>

Fonte: Setor de Estatística da SUPRG  
Org: GOMES, Róger Walteman

As movimentações totais no Porto do Rio Grande apresentaram certa regularidade, visto que nos dois primeiros meses do ano tivemos abaixo de dois milhões toneladas. O maior movimento em toneladas deu-se no mês de julho, com uma movimentação de 2.574.814 TON. Nos meses de setembro, novembro e dezembro houve novamente uma redução abaixo dos dois milhões de toneladas. O menor registro ocorreu no mês de dezembro, com apenas 1.325.014 TON.

A movimentação total de carga no Porto do Rio Grande é dividida por segmento de carga, evidenciando um porto com heterogeneidade em relação aos segmentos de carga. Afirmando esta questão, Monié & Vidal (2006) salientam que

(...) A eficiência e a dinâmica de um porto não se limitam apenas às instalações e à capacidade dos navios, mas principalmente ao seu entorno, dadas as atividades produtivas que fazem uso dos seus serviços, ou seja, sua hinterlândia. Reafirma-se que a dinâmica portuária e as mudanças nos métodos das operações portuárias sempre estiveram associadas à reorganização mundial dos espaços produtivos e ao surgimento de dinâmicas comerciais específicas. (...) (p. 977).

Ao encontro dos escritos dos autores, não bastará apenas investimentos no setor portuário, mas sim em todo eixo intermodal do Município do Rio

Grande/RS e arredores. Assim, construções e reconstruções locais e regionais tornam-se *mister* no que se refere ao desenvolvimento da região portuária.

**Tabela 2 — MOVIMENTO POR SEGMENTO DE CARGA TON – PORTO DO RIO GRANDE (2008)**

2008	Carga Geral	Granel Sólido	Granel Líquido	Total
Janeiro	441.687	948.267	324.560	1.714.514
Fevereiro	498.280	1.207.525	269.386	1.975.191
Março	538.298	1.160.394	415.684	2.114.376
Abril	497.436	1.574.356	384.055	2.455.847
Mai	526.592	1.736.825	287.128	2.550.545
Junho	518.620	1.641.051	355.257	2.514.928
Julho	574.029	1.674.412	326.372	2.574.813
Agosto	553.971	1.231.548	332.075	2.117.594
Setembro	574.068	852.006	346.177	1.772.251
Outubro	958.355	813.154	282.320	2.053.829
Novembro	542.077	565.993	356.270	1.464.340
Dezembro	629.972	441.931	253.111	1.325.014
<b>Total</b>	<b>6.853.385</b>	<b>13.847.462</b>	<b>3.932.395</b>	<b>24.633.242</b>

Fonte: Setor de Estatística da SUPRG

Org: GOMES, Róger Walteman

Ao encontro dos dados estatísticos, o segmento de Granel Sólido é a maior movimentação do Porto do Rio Grande, evidenciando o suporte tecnológico que o porto dispõe neste segmento de carga. Dentre as maiores movimentações por segmento de carga, os meses de março, abril, maio, junho, julho, agosto e outubro são os que concentram maiores toneladas. Neste sentido, o mês de julho foi o maior, enquanto dezembro o de menor movimentação.

A prosperidade do ano de 2008 não foi acompanhada no ano de 2009. Sendo assim, a movimentação total do Porto do Rio Grande apresenta um decréscimo em relação ao ano anterior.

**Tabela 3 – MOVIMENTAÇÃO TOTAL - PORTO DO RIO GRANDE – 2009**

<b>2009</b>	<b>TON</b>
JANEIRO	1.265.119
FEVEREIRO	1.099.155
MARÇO	1.615.489
ABRIL	2.758.629
MAIO	3.144.263
JUNHO	2.404.751
JULHO	2.539.501
AGOSTO	2.657.902
SETEMBRO	2.169.631
OUTUBRO	1.723.372
NOVEMBRO	1.235.519
DEZEMBRO	1.295.556
<b>TOTAL</b>	<b>23.908.887</b>

Fonte: Setor de Estatística da SUPRG  
Org: GOMES, Róger Walteman

Começando o primeiro trimestre abaixo dos dois milhões de toneladas, em 2009, o Porto do Rio Grande supera a marca dos três milhões de toneladas no mês de maio, algo não ocorrido em 2008. Fluxo harmônico entre os meses de junho, julho e agosto. O mês de setembro marca o início de um decréscimo significativo, culminando com uma baixa significativa no mês de novembro com 1.235.519, apenas acima dos 1.099.155 do mês de fevereiro. Assim, Manié & Vidal (2006) asseveram que:

(...) a relação porto-cidade somente é compreendida quando refletida nas sequências das transformações globais (sociais, políticas e econômicas), bem como as interfaces necessárias para um porto global: sistemas de trocas mundiais, sistemas econômicos, dinâmicas econômicas locais e dinâmicas urbanas específicas. (...) (p. 978)

A prosperidade das relações comerciais do porto deverá propulsionar um desenvolvimento político e social paralelamente. O déficit na movimentação propulsiona novos “olhares” para a política portuária, como também redimensionar os investimentos.

Ainda que se tenha um decréscimo na movimentação total, a variação é baixa, constituindo-se assim em um porto por excelência, o porto da Região Sul do Brasil. Neste sentido, convencionando-se como o porto do escoamento de

cereais do Rio Grande do Sul, o segmento de carga de Granel Sólido ainda confere-se como o maior segmento do porto.

**Tabela 4 – MOVIMENTO POR SEGMENTO DE CARGA TON – PORTO DO RIO GRANDE (2009)**

<b>2009</b>	<b>Carga Geral</b>	<b>Granel Sólido</b>	<b>Granel Líquido</b>	<b>Total</b>
Janeiro	450.070	554.232	260.817	1.265.119
Fevereiro	403.134	473.193	222.828	1.099.155
Março	545.133	758.487	311.869	1.615.489
Abril	622.822	1.850.629	285.179	2.758.630
Maio	598.250	2.159.670	386.342	3.144.262
Junho	641.154	1.456.584	307.014	2.404.752
Julho	660.224	1.551.796	327.481	2.539.501
Agosto	601.699	1.741.989	314.214	2.657.902
Setembro	627.492	1.239.638	302.501	2.169.631
Outubro	669.549	789.433	264.390	1.723.372
Novembro	547.006	515.231	173.282	1.235.519
Dezembro	613.905	548.238	133.412	1.295.555
<b>TOTAL</b>	<b>6.980.438</b>	<b>13.639.120</b>	<b>3.289.329</b>	<b>23.908.887</b>

Fonte: Setor de Estatística da SUPRG

Org: GOMES, Róger Walteman

Ao passo dos dados estatísticos, evidencia-se, em relação ao ano de 2008, um pequeno aumento no segmento de Carga Geral. Em relação ao “carro chefe”, o Granel sólido atinge no mês de maio os dois milhões de toneladas, algo não evidenciado no ano de 2008. Os períodos de entre safra – janeiro, fevereiro, março, bem como outubro novembro e dezembro – denotam a baixa neste tipo de segmento de carga.

O aumento do segmento Granel sólido é um paradoxo com a fome, tanto local, como em todo o território brasileiro. Neste sentido, Castro (1968) problematiza que “(...) será a calamidade da fome um fenômeno natural, inerente à própria vida, uma contingência irremovível como a morte? Ou será a fome uma praga social criada pelo próprio homem? (...)” (p. 45). Loureiro (2012) afirma que:

É conhecido que o problema da fome não é técnico e sim do modo de produção e distribuição. Os meios de comunicação são utilizados para se defendendo o agronegócio e os transgênicos como alternativas tecnologicamente viáveis para produzir mais alimentos, enquanto necessidade para se eliminar a fome no mundo. O tempo passa e os argumentos se repetem.” (p. 26).

Desta forma, a busca por uma sustentabilidade ainda persiste como luta de uma massa popular hegemônica por grandes corporações mundiais, na qual a cada passo do tempo buscam lucros intermináveis. Neste sentido as grandes multinacionais ainda estão a violar as leis federais em prol de seu poderio hegemônico, como também despreocupados com a sustentabilidade da sociedade.

O Porto do Rio Grande, após a primeira década do século XXI apresenta um aumento significativo na sua movimentação total, consolidando-se ainda mais como o porto do Conesul. A expansão do Polo Naval, aprimoramentos em tecnologias, fizeram do Porto do Rio Grande, um viés para importação e exportação do Brasil. O início da duplicação da BR-392, melhorias nas redes rodoviária e ferroviária denotam uma prosperidade para a região no que se refere à movimentação portuária no Município do Rio Grande/RS.

**Tabela 5 – MOVIMENTAÇÃO TOTAL - PORTO DO RIO GRANDE – 2010**

<b>2010</b>	<b>TON</b>
JANEIRO	1.619.268
FEVEREIRO	1.594.650
MARÇO	1.852.159
ABRIL	3.118.865
MAIO	2.894.352
JUNHO	3.067.207
JULHO	2.656.656
AGOSTO	2.298.235
SETEMBRO	2.612.023
OUTUBRO	2.404.678
NOVEMBRO	1.818.275
DEZEMBRO	1.775.435
<b>TOTAL</b>	<b>27.711.803</b>

Fonte: Setor de Estatística da SUPRG  
Org: GOMES, Róger Walteman

Diferentemente dos dois anos anteriores, apenas os meses de janeiro, fevereiro, março, novembro e dezembro estavam abaixo dos dois milhões de toneladas. Além disso, o Porto do Rio Grande atingiu, novamente, no mês de junho, a marca superior a três milhões de toneladas.

O fechamento da primeira década do século XXI é marcado pela maior movimentação total, consolidando-se assim a importância do Porto do Rio



Grande. O aumento na movimentação portuária refletiu também no que se refere à renda per capita do Município. Segundo a Fundação de Economia e Estatística (2009), o PIB per capita é de R\$ 31.990. Entretanto, ao passo de uma visão empírica no meio urbano, remete-nos à reflexão de que a população local está distante de obter salários que condizem com o dado estatístico mencionado. Sendo assim, Loureiro (2012) corrobora que:

Quando se fica no genérico como explicação ou afirmando algo que pretensamente explica tudo, não se explica coisa alguma. E sem nexos explicativos, não há como politicamente se cobrar de quem quer que seja efetivas medidas superadoras dos problemas identificados. Fica-se no apelo ao bom senso (sem estabelecer os processos para chegar lá) e na crença de que a tecnologia resolverá os efeitos de nossa ação. (p. 26).

Sendo assim, buscam-se alternativas eficazes e coerentes para um desenvolvimento econômico ao qual esteja correlacionado com um desenvolvimento político, social e ambiental. O movimento por segmento de carga (2010) necessita de novas políticas, a fim de proporcionar um *locus* mais igualitário.

**Tabela 6 – MOVIMENTO POR SEGMENTO DE CARGA TON – PORTO DO RIO GRANDE (2010)**

2010	Carga Geral	Granel Sólido	Granel Líquido	Total
Janeiro	631.938	714.954	272.376	1.619.268
Fevereiro	548.660	789.202	256.788	1.594.650
Março	607.215	979.268	265.676	1.852.159
Abril	619.904	2.141.655	357.307	3.118.866
Mai	674.584	1.916.608	303.159	2.894.351
Junho	711.119	1.929.048	427.041	3.067.208
Julho	679.269	1.673.516	303.872	2.656.657
Agosto	623.236	1.389.970	285.029	2.298.235
Setembro	659.193	1.644.571	308.259	2.612.023
Outubro	622.736	1.488.261	293.682	2.404.679
Novembro	609.769	861.989	346.517	1.818.275
Dezembro	589.568	931.115	254.752	1.775.435
<b>TOTAL</b>	<b>7.577.191</b>	<b>16.460.157</b>	<b>3.674.458</b>	<b>27.711.806</b>

Fonte: Setor de Estatística da SUPRG  
Org: GOMES, Róger Walteman

Confirmando os anos anteriores, entretanto, agora com um aumento significativo, o segmento de carga Granel Sólido, consolida-se como o principal do Porto do Rio Grande. Os períodos entre safra foram marcados por baixa

neste segmento de carga, entretanto superando segmentos, como por exemplo, o granel líquido. Para tanto, Loureiro (2012) faz um comparativo ao abordar que:

A alimentação hoje depende basicamente de 15 espécies vegetais e 8 animais, sendo que o processo produtivo a estas associado se concentra em grandes corporações, grandes proprietários e no agronegócio. Em paralelo, uma criança morre em média a cada cinco segundos no mundo por fome! Já passamos da impressionante marca de mais de 1 bilhão de famintos. (p.26-27)

Por fim, o último ano analisado no presente estudo, compreende a maior movimentação total, ou seja, 30.494.684 TON, marca esta devido aos avanços tecnológicos, como também, uma ótima safra de granel sólido. Sendo assim cabe refletir acerca de que:

O alargamento da cadeia produtiva impõe às cidades portuárias enfrentamentos complexos que vão desde questões estruturais e instrumentais do próprio cais, até o embate com questões socioeconômicas e ambientais, antes tratadas isoladamente e desconsideradas da cadeia produtiva, bem como a definição de políticas e instrumentos necessários à gestão do porto e da cidade. (MANIÉ & VIDAL, 2006. p. 978)

Assim, o avanço tecnológico tem de estar aliado a um desenvolvimento nas esferas políticas, culturais, sociais e naturais. Nessa perspectiva, Manié & Vidal (2006) nos traz referência de uma política que poderia ser adotada em todos os portos brasileiros:

Nos últimos anos, as cidades portuárias de parte da Europa e alguns portos em via de reestruturação como Gênova, Barcelona ou Valência, por exemplo, dotaram-se de parques logísticos que objetivam agregar valor aos fluxos das mercadorias destinadas aos mercados de consumo regionais. No Brasil, somente a cidade de Itajaí (Santa Catarina) parece ter optado por uma estratégia semelhante, usando as oportunidades oferecidas pela municipalização do porto e a vitalidade da economia regional. Mesmo com o ineditismo da experiência, a mesma poderia ser referência para outros portos. (p. 985).

Assim, o aumento da movimentação total como se faz referência, poderá trazer benefícios a toda a população local. Desta forma, autoridades locais deverão “trabalhar” em prol de benefícios locais, e não mais abastecer somente o mercado externo.

**Tabela 7 – MOVIMENTAÇÃO TOTAL - PORTO DO RIO GRANDE – 2011**

<b>2011</b>	<b>TON</b>
JANEIRO	2.033.489
FEVEREIRO	2.034.009
MARÇO	2.264.029
ABRIL	3.204.299
MAIO	3.379.347
JUNHO	2.575.998
JULHO	2.839.057
AGOSTO	3.071.359
SETEMBRO	2.965.644
OUTUBRO	2.156.798
NOVEMBRO	1.869.285
DEZEMBRO	2.101.370
<b>TOTAL</b>	<b>30.494.684</b>

Fonte: Setor de Estatística da SUPRG  
Org: GOMES, Róger Walteman

A superação dos três milhões de toneladas por movimentação de carga nos meses de abril, maio e agosto, é confirmada no gráfico a seguir, meses estes em que o segmento de carga de granel sólido, confirmou-se como principal produto.

**Tabela 8 – MOVIMENTO POR SEGMENTO DE CARGA TON – PORTO DO RIO GRANDE (2011)**

<b>2011</b>	<b>Carga Geral</b>	<b>Granel Sólido</b>	<b>Granel Líquido</b>	<b>Total</b>
Janeiro	537.771	1.148.843	346.874	2.033.488
Fevereiro	484.264	1.261.013	288.732	2.034.009
Março	617.302	1.348.501	298.226	2.264.029
Abril	576.042	2.314.587	313.671	3.204.299
Maio	581.579	2.529.797	267.971	3.379.347
Junho	652.160	1.623.453	300.386	2.575.998
Julho	678.796	1.824.007	336.253	2.839.057
Agosto	624.979	2.127.274	319.105	3.071.358
Setembro	658.493	1.941.222	365.929	2.965.644
Outubro	621.621	1.251.277	283.900	2.156.798
Novembro	523.212	1.041.387	304.686	1.869.285
Dezembro	567.087	1.241.219	293.064	2.101.370
<b>TOTAL</b>	<b>7.123.306</b>	<b>19.652.580</b>	<b>3.718.797</b>	<b>30.494.682</b>

Fonte: Setor de Estatística da SUPRG  
Org: GOMES, Róger Walteman

Os meses de abril, maio e agosto compreendem períodos de exportação das safras de soja, arroz e milho, motivando que o mesmo período

compreenda as maiores movimentações por este segmento de carga. Dentre os outros segmentos de carga, também obtiveram crescimento em relação aos anos anteriores.

### **3. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE DEBATE DA REALIDADE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS PROMOVIDOS PELO CRESCIMENTO ECONÔMICO**

Neste capítulo, irá ser abordada a Educação Ambiental Crítica/Emancipatória como instrumento auxiliar na propulsão de um desenvolvimento mais justo e igualitário para a sociedade, além de preservar o meio natural. Serão abordados os conceitos epistemológicos que fundamentaram o presente estudo e que proporcionaram um embasamento teórico relevante para o desenvolvimento do estudo.

#### **3.1 Por uma Educação Ambiental Crítica/Emancipatória**

A sociedade do século XXI está vivenciando um período marcado pelas transformações, advindas, principalmente, do grande avanço tecnológico, no qual se pode visualizar o surgimento de um meio técnico-científico informatizado e disseminado pela globalização capitalista.

Nesse contexto, a educação se insere como instrumento relevante para o propósito de mudança das questões socioeconômicas do capitalismo, que criam mazelas que perduram há séculos. Neste sentido, tem, tornando-se a alavanca propulsora de um mundo mais justo. Entretanto, o que se vivencia é, na sua maioria, uma educação mecanicista, incapaz de transformar informações em conhecimento transformador da realidade, especialmente nas suas mazelas sociais e ambientais. Desta forma, Loureiro (2004) ratifica que:

(...) a utilização dos termos emancipatório, transformador, crítico ou popular junto ao ambiental convém para marcar um posicionamento específico de Educação Ambiental, com entendimento próprio de que é educar e da visão ambientalista, contrário aos padrões dominantes (...). (p. 34)

Neste sentido, a Educação Ambiental (EA) ainda busca encontrar o *locus* de sua práxis, assim, ainda há de se buscar uma proposta de educação realmente capaz de articular a práxis social na reversão da situação de barbárie expressa pela crise socioambiental planetária. Deste modo, busca-se através do diálogo com vários autores renomados e selecionados pelo

posicionamento do pesquisador, o exercício de uma reflexão crítica acerca dos processos em curso, que nos ajudarão a refletir sobre a real dimensão da crise socioambiental.

Apesar da EA ainda não ser um território de dialogicidade, um *lócus* de interpretação único, a mesma na sua dimensão crítica e emancipatória, surge como possibilidade de mudança no processo de intensificação de produção e de consumo insustentável. Sendo assim, é com a prática de uma EA Crítica/Emancipatória que, em um futuro próximo, poder-se-à amenizar os impactos de um desenvolvimento voltado somente para o econômico dentro da perspectiva neoliberal do multilateralismo hegemônico.

Ainda que as discussões sobre EA sejam recentes, originadas nas últimas décadas, o caos ambiental vivenciado atualmente é consequência de uma trajetória de eventos históricos que vem deixando rastros de impactos ambientais há muito tempo. Como exemplos disso poderíamos citar: o colonialismo, grandes pestes, revoluções industriais, desastres ambientais, queima de combustíveis fósseis que interferem na mudança climática, extinção da biodiversidade, poluição, entre outros aspectos que ameaçam a se tornar irreversíveis nas próximas décadas.

Nesse contexto, a EA antes de tudo é educação “contribuindo com a transformação do modo como nos inserimos e existimos no mundo. (LOUREIRO, 2004, p. 35)”, ou seja, deve ser compreendida como um processo de instrumentalização de conhecimentos capaz de gerar conscientização destinada à mudança social, causando importantes rupturas nas percepções alienadas da sociedade com o seu meio natural ou modificado, sem perder de vista o comprometimento individual e coletivo, identificando, por exemplo, a responsabilidade desigual pela pegada ecológica ocasionada por países, classes, consumidores, poluidores, agentes do agronegócio, banqueiros e transnacionais que possuem um ponto de inserção diferenciada no caos ecológico criado pela entropia da expansão do capitalismo globalizado e na resolução dos problemas gerados pelo sistema enquanto megamáquina de expropriação e exploração humana e da natureza.

Assim, a EA emancipatória não deve ser reduzida ou confundida com o ensino de Ecologia pelo viés cientificista do adestramento ambiental, historicamente primordial à compreensão das relações dos seres vivos entre si

e com seu meio e esvaziada de seu conteúdo crítico sobre a participação social no desequilíbrio ambiental. Nessa linha, Loureiro (2004) salienta:

(...) A EA promove a conscientização e esta se dá na relação entre o “eu” e o “outro”, pela prática social reflexiva e fundamentada teoricamente. A ação conscientizadora é mútua, envolve capacidade crítica, diálogo, a assimilação de diferentes saberes, e a transformação ativa da realidade e das condições de vida (...) (p. 29)

A escola não representa necessariamente o único *lócus* de aprendizagem e de socialização do indivíduo, mas para as classes populares, tem se constituído como o principal. Os educadores devem instigar o indivíduo para serem mais atuantes em sua práxis social e na sua interligação com a dimensão eco-comunitária no plano local.

Sendo assim, a busca de uma EA Crítica nos remete à compreensão de nós mesmos como seres sócio-históricos capazes de agir na transformação da sociedade de consumo. Através da criação de uma consciência e de uma práxis crítica capaz de gerar novos conceitos e percepções acerca de nossas atitudes sobre meio natural, social e político.

É preciso identificar as causas da crise socioambiental e não apenas constatar os seus efeitos perceptíveis, as suas externalidades. Nessa perspectiva, “(...) o fato de sermos uma espécie biológica não esgota o ser humano enquanto ser social; ou seja, um ser complexo construído pelas relações entre biológico, o cultural, o econômico, o político e o histórico (...)” (LOUREIRO, 2004, p. 37).

Dessa forma, a educação ambiental crítica visa à criação de uma conscientização e sensibilização acerca do impacto efetivo nas relações sociais permeadas pela mercantilização retificadora empreendida no capitalismo desregulado e cada vez mais “anárquico”, das últimas décadas.

A pós-modernidade crítica e não a celebratória traz uma visão crítica voltada para a superação de um pensamento cartesiano, mecanicista, destituído de subjetividade.

Neste sentido, Edgar Morin (2006, 2007) direciona para um pensamento situado no campo da complexidade e da leitura do mundo a partir de uma totalidade crítica, dialógica e aberta. Em seus escritos, ele traz uma contribuição necessária para refletirmos o modo como a educação está sendo

desenvolvida em nossos sistemas de ensino atual. Dessa forma, através de um novo paradigma não reducionista e não mecanicista, descomprometido com a produção e acumulação e das desigualdades no bojo da sociedade capitalista. Desta forma, Loureiro (2004) afirma que:

(...) Ignorar a complexidade de tal cenário e a impossibilidade de se revolucionar a sociedade no planeta por meio dos caminhos “somente éticos”, “somente científicos” ou “somente educativos”, é reproduzir, sob diferentes roupagens e às vezes belos discursos, o que existe e o que ameaça a própria vida (...) (p. 48)

Os princípios adquiridos através de uma EA Crítica/Emancipatória nos remetem à reflexão sobre a necessidade de nos constituirmos como seres capazes de reconhecer a dimensão social da crise ambiental e suas formas de transformação deixando de ser meros expectadores do caos. Nesta perspectiva, Loureiro (2004) faz a seguinte referência sobre esta posição:

(...) A Educação Ambiental transformadora é aquela que possui um conteúdo emancipatório (...) vinculadas ao fazer educativo, impliquem mudanças individuais e coletivas, locais e globais, estruturais e conjunturais, econômicas e culturais (...) dimensão política da educação (...) não cabe mais esperar o milagre da mudança de circunstâncias a partir de uma elite intelectual ou econômica (...) (p. 89)

Ao encontro dos escritos do autor, a fragmentação dos saberes é marcada pelo saber cartesiano. Desta forma, buscamos a transcendência de um modelo cartesiano/reducionista para uma epistemologia transdisciplinar de saberes. Sendo assim, o ponto de partida é rever o ensino de EA no ambiente escolar, por exemplo.

Ainda que tenhamos que consumir para a sobrevivência, a sociedade pós-moderna é marcada por um consumismo insustentável. Outro fato presente é um olhar para o meio natural como sendo uma fonte inesgotável de riquezas. Deste modo, ao passo que a EA possa constituir seu *lócus*, poderá então reverter o caos ambiental vivenciado atualmente. Desta forma, no que se incube a EA:

(...) gerar um sentido de responsabilidade social e planetária que considere o lugar ocupado pelos diferentes grupos sociais, a desigualdade no acesso e uso dos bens naturais e nos efeitos desse processo, as diferentes culturas e modos de entender a ameaça à



vida no planeta, problematizando as ideologias e interesses existentes por trás dos múltiplos modelos de sociedade sustentáveis que buscam se afirmar no debate ambientalista (...) (LOUREIRO, 2004. P. 58)

Segundo Guimarães (2004), a EA é um movimento contra-hegemônico que nos remete à crítica do paradigma cientificista-mecanicista, na qual é presenciado no cotidiano da sociedade capitalista. Sendo assim, a busca de uma educação mais crítica nos alavanca ao processo de mudança, bem como à percepção de mundo.

As concepções filosóficas da EA fazem referência às mudanças de atitudes sobre o meio em que vivemos, entretanto, ainda está encontrando obstáculos que deverão ser transcendidos por uma sociedade que está inserida em um mundo baseado no consumismo desenfreado e supérfluo, com grandes desigualdades socioambientais nas relações centro-periferia, ou seja, o Norte consome e o Sul produz, o Norte produz o lixo industrial e o Sul absorve as externalidades indesejáveis representadas pelo custo ambiental dos países industrializados. (GOMES; NETO, 2010)

A reflexão/ação sobre a questão ambiental necessita de um entendimento bem mais totalizante do que correntemente se encontra. Nesse contexto, Guatarri (1990) menciona:

(...) Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Essa revolução deverá concernir, portanto, não só as relações de forças visíveis em grande escala, mas, também, aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo (...) (p.9)

Neste sentido, as mudanças devem ocorrer em todos os campos, ou seja, desde o global até o local, de forma a ambientar uma sociedade que busca uma reversão de suas atitudes predatórias. A inserção da Educação Ambiental não pode ser vista somente como algo direcionado a mudanças culturais, mas algo que possa conduzir a uma ética ecologicamente sustentável, fundada nas causas de um possível colapso civilizatório, para a realização de mudanças sociais necessárias, que incluem a esfera da práxis pedagógica. (GOMES; NETO, 2010)

A perspectiva marxista no que se refere à exploração da natureza, já nos mostra como nossa realidade é desigual; basta olhar o entorno social dos países dominantes, ou seja, aqueles que possuem poder econômico, político e simbólico (status) exploram mais, aumentando as desigualdades estruturais e, conseqüentemente, a alienação. Se não percebermos essa dimensão efetiva da alienação no sistema de trabalho e de intercâmbio societário/metabólico com a natureza, não haverá mudanças, a fim de que tenhamos uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

Ainda que reconheçamos a necessidade de consumir para a sobrevivência, atualmente observamos um consumismo exagerado, usando o meio natural como uma fonte de riquezas inesgotáveis, como mero valor de troca. O próprio sistema produtor de mercadorias é representado por um balanço negativo com o mundo natural, mantendo relações de exploração entre os homens, nas relações Capital/Trabalho e das classes privilegiadas com a natureza. A acumulação capitalista assentada no lucro e na expropriação desenfreada das riquezas naturais impossibilita um equilíbrio entre sociedade humana e os ecossistemas criando comunidades de excluídos que são vitimados pela entropia ambiental e que podem se tornar refugiados ecológicos ou vítimas de injustiça ambiental num mundo de trocas ecológicas.

Partindo disso, deve-se buscar “uma nova” educação calcada em valores para uma transformação possível, permeada pela emancipação dos sujeitos. E esta somente irá vigorar ao passo que integrar o método dialético marxista de ação e reflexão. A oposição ao método mecanicista deve-se ao seu reducionismo, de modo que um pensamento dogmático será antidialético.

Nesse contexto, o método dialético busca o concreto, na qual não há um todo único. Isso remete ao pensamento de uma totalidade de uma contextualização. Além disso, a dialética em Marx “(...) não é apenas um método para se chegar à verdade, é uma concepção do homem, da sociedade e da relação homem mundo (...)”. (GADOTTI, 1990. p. 19) Assim, é por uma educação, apropriando-se da dialética, que vigora um mundo mais justo e igualitário a sociedade pós-moderna.

Segundo BOFF (1999), é notável que em todo o globo terrestre haja sintomas sinalizando devastações muitas vezes catastróficas da mãe Terra e da própria humanidade. O crescimento desordenado da população, bem como

o desenvolvimento industrial sem planejamento, que sacrifica 2/3 da humanidade extermina os elementos da natureza, além de comprometer as gerações futuras.

A questão ambiental suscita uma reflexão que conduz à transformação da realidade socioambiental com participação coletiva e individual. Assim como a contestação sistemática do tipo de sociedade capitalista assentada no lucro, concentração de riqueza e pauperização, com degradação da natureza pela externalização do custo ambiental assentado em um modelo de progresso insustentável para as futuras gerações.

Dessa forma, a atividade docente não pode ter a ingenuidade de acreditar que a construção de uma ética ambiental estará apenas em depositar a responsabilidade no indivíduo eximindo a responsabilidade social, especialmente das classes e elites dirigentes globais que detêm o poder. Nesta perspectiva, Loureiro (2004) assume em seus escritos, como “(...) pressuposto básico da educação emancipatória é a preparação dos sujeitos da ação educativa feita (...) para estes se organizarem e intervirem em processos decisórios nos espaços de participação existentes.” (p.16) Isso sim, constitui-se em Educação Ambiental Emancipatória.

A ação emancipatória a que se refere, é o educar em prol da formação da cidadania. Um educar para a transformação da dominação capitalista, para a atuação política consciente, para a construção de uma ética, ou seja, valores que irão de encontro com os padrões civilizatórios e societários distintos dos atuais. (LAYRARGUES, 2004)

Assim, a reflexão de Paulo Freire sobre a educação e suas funções são as que permitem a construção de uma leitura crítica da realidade do sujeito, interligando a educação com o mundo sócio-político-econômico e cultural. Esta ideia é válida não somente para a aquisição da leitura e da escrita, como também para a educação em geral, inclusive a emancipação ecológica calcada na luta ambiental, promovida pelos movimentos socioambientais, sindicatos, partidos, ONGs, nos seus mais variados campos de luta como tentativa de superação da perspectiva totalitária do mercado excludente e antiecológico gerado pela globalização neoliberal/neoconservadora. (GOMES; ROSSI, 2010)

A partir da significação de conteúdos, possibilitando que os aprendizes encontrem sentido no que a escola lhes propõe como conhecimento, torna-se

imprescindível o reconhecimento do aluno como sujeito ativo com suas experiências no processo de aprendizagem. Nessa perspectiva Freire (1996) faz referência ao pertencimento como membro ativo no mundo

(...) O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história (...) (p. 54)

Desta forma, torna-se necessário não enxergar mais o aluno como mero recipiente de informações (“educação bancária”)<sup>8</sup>, mas sim participante do seu processo de construção. Para tanto, é preciso deixar de lado a memorização do não compreendido, a intolerância e a rigidez, abrindo caminhos para o diálogo e reflexão, no intuito de reconhecer o aprendiz como sujeito participante, estabelecendo uma comunicação vertical e a possibilidade de troca de conhecimentos, no sentido em que ambos, professor e aluno, aprendam um com o outro, construindo coletivamente à prática pedagógica.

Podemos dizer que esse é o maior objetivo a ser alcançado, pois ensinar só por ensinar não se faz suficiente nos tempos atuais em que a transformação social não pode ceder à pressão comodista da inércia e da alienação geradas por certo ambientalismo cosmético cultivado pela mídia e por uma visão centrada apenas no marketing ecológico. A educação direcionada para a libertação da exclusão, da violência simbólica, da seleção do modelo darwinista social neoliberal, que o mundo atual nos impõe se faz necessário em prol da construção do sujeito crítico-reflexivo e transformador.

### **3.2 A superação do paradigma dominante.**

A dimensão social da Educação Ambiental nos remete a uma reflexão dos seus campos de ação, através da superação de um pensamento cartesiano para um pensamento situado no campo da complexidade e da leitura de uma totalidade crítica e aberta. Nesse contexto

---

<sup>8</sup> Quando entro em sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, as suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – *a de ensinar e não a de transferir conhecimento*. (FREIRE, 1996. p. 47)

“(…) O movimento dialético da práxis, como basilar da educação ambiental, encaminhará homens e mulheres ao reconhecimento do seu meio, à assunção como produtores de um alimento nobre e à autonomia de decisão. A construção coletiva do seu mundo, em um espaço eminentemente ético, necessita dar conta de uma sociedade de risco que vem progressivamente incorporando-se de forma impiedosa ao seu cotidiano.(…)” (RUSCHEINSKY; COSTA, 2002. pag. 73)

É na superação desse modelo cartesiano que podemos construir, com a participação individual e coletiva, um novo modelo de organização da sociedade, a qual reorganize a nossa própria relação com a natureza. Porque, como assevera Guimarães (2004):

(…) As críticas ao paradigma cientificista-mecanicista resultam no entendimento de que tais referências constituintes do atual societário geram uma dicotomia na visão de mundo que hierarquiza as relações dos seres humanos em sociedade, da mesma forma que separa sociedade de um lado e natureza de outro, centralizando nessa relação a figura do ser humano em uma postura antropocêntrica (...) (pag. 47).

Neste sentido, busca-se a superação de uma visão antropocêntrica, que é símbolo deste século XXI. Ao passo dos escritos do autor, busca-se e efetiva-se uma ação emancipatória, que possa produzir um contraponto ao antropocentrismo de mercado vigente, que metaboliza o trabalho e a natureza dentro de relações sociais de exploração e opressão. Ratificando esse ideal, Loureiro (2005) corrobora em relação à ação emancipatória:

(…) é o meio reflexivo, crítico e autocrítico contínuo pelo qual podemos romper com a barbárie do padrão vigente de sociedade e de civilização, em um processo que parte do contexto societário em que nos movimentamos do “lugar” ocupado por cada sujeito, estabelecendo experiências formativas, escolares ou não, em que a reflexão problematizadora da totalidade, apoiada numa ação política, propicia a construção de sua dinâmica (...) (p. 1484).

Sendo assim, revermos esta postura “egoísta” alavanca o processo de mudança de nossa práxis frente ao meio. Ao passo que ainda estamos a encarar o meio fragmentado, entre sociedade e natureza, ainda estaremos a pecar, bem como a não constituir uma EA, muito menos uma Educação Ambiental Crítica/Emancipatória. A partir disso, os escritos a seguir reafirmam o verdadeiro sentido de emancipar

(...) Emancipar não é estabelecer o caminho único para a salvação, mas sim a possibilidade de construirmos os caminhos que julgamos mais adequados à vida social e planetária, diante da compreensão que temos destes em cada cultura e momento histórico, produzindo patamares diferenciados de existência (...) (LOUREIRO, 2005. p. 1484).

Nesse contexto, Guimarães (2004) nos faz referência do que seria constituir uma Educação Ambiental Crítica Emancipatória:

“(...) A Educação Ambiental Crítica volta-se para uma práxis de transformação da sociedade em busca de uma sustentabilidade calcada em novos paradigmas, condições materiais, posturas ético-políticas, entre outros (...)” (. pag. 48).

De encontro à proposta deste autor, a mudança de um paradigma cartesiano para um campo situado na complexidade que seja crítica ao atual modelo capitalista buscando alternativas de sustentabilidade, é inevitável para a inserção e constituição de uma Educação que proporcione à sociedade contemporânea a mudança que se espera no que diz respeito às novas condições socioeconômica realmente transformadoras e libertadoras, ou seja, a emancipação dos sujeitos. Nessa linha Loureiro (2005) corrobora que:

(...) O pensamento complexo e a tradição dialética, principalmente na sua formulação pedagógica freireana, enfatizam a educação enquanto processo permanente, cotidiano e coletivo pelo qual agimos e refletimos transformando a realidade da vida. Está focada na pedagogia do conflito, no princípio da incerteza, como forma de se estabelecer movimentos emancipatórios e políticos de transformação social (...) (p. 1482-1483).

O paradigma dominante, caracterizado pela fragmentação dos saberes, é incapaz de captar “o que está tecido em conjunto” (MORIN, 2007) não possibilitando ao educando as inter-relações entre as partes e o todo e vice versa. Nessa linha Morin (2007):

(...) A lógica a que obedecem projeta sobre a sociedade e as relações humanas as restrições e os mecanismos inumanos da máquina artificial com sua visão determinista, mecanicista quantitativa, formalista, que ignora, oculta e dissolve tudo o que é subjetivo, afetivo, livre e criador (...) (p. 18).

Desta forma, percebe-se o quanto a fragmentação, bem como o mecanicismo do paradigma dominante está alienando o saber. Entretanto, esta inserção não pode ser vista como uma “receita médica”, mas sim como uma ferramenta auxiliar para a humanidade. A compreensão das inter-relações no meio ambiente, situada no campo da complexidade, permite um maior entendimento dos acontecimentos, ou seja, vislumbrar uma visão sistêmica dos fatos. Neste sentido, Loureiro (2005) enfatiza:

(...) A EA de conteúdo emancipatório e transformador é aquela em que a dialética forma e conteúdo se realizam de tal maneira que as alterações das atividades humanas, vinculadas ao fazer educativo impliquem mudanças individuais e coletivas (...) (p. 1484).

Segundo Morin (2007), o conhecimento tem de ser pertinente, como também o mesmo é capaz de situar toda a informação em seu contexto, no conjunto global no qual se insere. Sendo assim, a mudança trata-se paradigmática e não pragmática, concernente à nossa aptidão para organizar o conhecimento. Ao passo do exposto, o rompimento do paradigma dominante, nos remete a um melhor entendimento e/ou pertencimento de mundo, na qual:

(...) A interdisciplinaridade, bem como a superação da fragmentação dos saberes, proporciona uma percepção totalizante da vida sem desvalorizar as partes, os detalhes e os componentes da experiência social, visão das partes e do todo, em todas as direções (...) (GOMES, 2011. p. 48).

A compreensão do mundo em sua totalidade, ou seja, considerando as inter-relações entre as partes e o todo, e vice-versa, remete-nos à propulsão de um mundo mais justo e sustentável. A EA, ao passo da constituição do seu *locus*, proporcionará a igualdade, ainda que utópica, que a sociedade vislumbra. Desta forma, Gomes (2011) remete à reflexão da inserção da EA no cotidiano da sociedade:

(...) As disparidades socioeconômicas, cuja sociedade se caracteriza, deverão ser substituídas por movimentos populares que sejam os propulsores da mudança entre hegemônicos e hegemonzados. Para isso, a EA Crítica/Emancipatória remete à inclusão de todos neste processo de reeducação em relação ao mundo. Todos deveriam fazer parte deste processo de mudança como membros ativos nas questões levantadas do cotidiano social para a transformação desta para uma sociedade mais sustentável (...) (p. 47-48).

A emancipação da sociedade torna-se o viés para transpor a “pressão” que o capital mundializado faz em relação à sociedade. Nessa linha, a oposição a uma globalização perversa, parte da inserção da sociedade em movimentos que “lutem” pela igualdade e sustentabilidade, ao passo que todos sejam os sujeitos ativos no processo de mudança. Diante disso, Edgar Morin (2007) refere que:

(...) A reforma de pensamento contém uma necessidade social-chave: formar cidadãos capazes de enfrentar os problemas de seu tempo. Com isso tornar-se-ia possível frear o debilitamento da democracia que suscita, em todos os campos da política, a expansão da autoridade dos *experts*, de especialistas de toda ordem, que limitam progressivamente a competência dos cidadãos, condenados à aceitação ignorante daqueles que são considerados conhecedores, mas que de fato praticam uma compreensão que rompe com a contextualidade e a globalidade dos problemas (...). (p. 26-27).

Desta forma, a reeducação, superação do paradigma mecanicista são propósitos a serem alcançados pela sociedade. O início do século XXI, marcado pela globalização informacional, terá que abarcar uma nova ética, compreendida na formação da cidadania, como também a sustentabilidade do meio natural.

Segundo Morin (2007), a primazia da mudança estará na reformulação das próprias mentes dos educadores, ou seja, superar a quantificação da educação. Dessa forma, necessita-se da reforma de espírito e reforma das mentes em relação aos balizadores do ensino, na qual as próprias instituições de ensino deverão ser replanejadas. Sendo assim, remete-se às próprias reflexões que Marx abordou, ou seja, “quem educaria os educadores”, de forma que a essa educação deverá ser repensada.

### **3.3 O silêncio da natureza e a globalização do silêncio**

Antes de falar em Educação Ambiental é importante pensar o porquê da questão ambiental se tornar importante na atualidade e pauta de grandes encontros políticos e sociais, como preocupação comum da humanidade.

Dessa forma, voltando um pouco na história, a revolução industrial tem uma marca forte em nossa sociedade, pois muda-a em sua estrutura e traz o capitalismo industrial como modo preponderante de organização econômica e



social. Assim, esse sistema e as rupturas com modelos anteriores trouxeram inúmeras transformações como, por exemplo, o surgimento de centros urbanos, de modo que não foram planejados.

Dessa data em diante, é possível notar uma degradação natural que aumenta em alta escala. Claro que seria hipócrita acreditar que somente depois da revolução industrial a natureza foi degradada pelo homem, sendo que em sociedades pré-industriais medievais já se percebia catástrofes ambientais em função da agricultura desenvolvida na época. Nesse contexto, Santos (1997) reflete:

(...) Com a presença do homem sobre a terra, a Natureza está, sempre, sendo redescoberta, desde o fim de sua História Natural e a criação da Natureza Social, ao desencadeamento do Mundo, com a passagem de uma ordem vital e uma ordem racional. Mas agora, quando o natural cede lugar ao artefato e a racionalidade triunfante se revela através da natureza instrumentalizada, está, portanto domesticada, nos é apresentada como sobrenatural (...) (p. 15-16)

Diante desse contexto histórico, encontramos-nos num panorama social e natural de grandes desigualdades e desastres ecológicos. Diante disso, “(...) uma das principais causas da degradação ambiental tem sido identificada no fato de vivermos sob a égide de uma ética antropocêntrica (...) (GUIMARÃES, P. 23).

Fala-se na questão ambiental e na preocupação que há em função de atual ausência de água em algumas regiões, das mudanças drásticas de temperatura, da camada de ozônio e sua situação em função da poluição, da extinção de inúmeras espécies, etc.

Desta forma, “(...) a natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza (...)” (SANTOS, 1997. p. 17) a qual o homem ao longo de sua própria história exerceu um processo de domínio ao meio natural. Corroborando, Leff (2009) ratifica que:

(...) a degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza. A questão ambiental problematiza as próprias bases da produção (...). (p. 17).

Nesse sentido, Loureiro (2004) destaca a importância de uma mudança de valores, atitudes, concepções, ideias sobre a relação entre homem e natureza.

Entretanto, este autor não vê essa mudança descolada das mudanças sociais, da superação das desigualdades sociais, bem como da mudança cultural. Essas mudanças implicariam a busca de sociedade sustentável, ou seja, uma sociedade ecologicamente correta e socialmente justa.

A reeducação, bem como o resgate de valores esquecidos pela incorporação do capitalismo consumista, é o ponto de partida para alcançar a sustentabilidade.

Além de preservação do meio natural, as próprias inter-relações existentes na sociedade pós-moderna deverão ser problematizadas, a fim de assegurar uma vida justa e sustentável a todas as classes sociais. Nessa linha Leff (2009) menciona que:

(...) A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção (...) (p. 15).

Segundo Santos (1997), os graves problemas de relacionamento entre os homens, bem como o homem e o meio natural, dá-se graças ao modelo da vida que a própria humanidade adotou.

Dessa forma, salienta-se que "(...) o antropocentrismo não é somente como espécie biológica (...) dominando a natureza, mas a dominação de alguns homens sobre outros homens para que se possa dominar a natureza (...)". (COSTA; PORTO-GONÇALVES, 2006. p. 107)

Ao passo disso, a nova concepção de pertencimento ao mundo tem de mudar, como também a própria humanidade ter um sentimento de pertencimento ao mundo, além de rever as relações entre homem-homem e homem-mundo. Deste modo, ressalta-se:

(...) A crise ambiental é a crise do nosso tempo. Não é uma catástrofe ecológica, mas o efeito do pensamento com o qual construímos e destruimos o nosso mundo. Esta crise de civilização se apresenta como um limite na ordem do real, que ressignifica e reorienta o curso da história; limite do crescimento econômico e populacional; limite

dos desequilíbrios ecológicos, das capacidades de sustentação da vida e da degradação entrópica do planeta; limite da pobreza e da desigualdade social (...) (LEFF, 2009.p. 416).

Uma nova postura em relação ao cotidiano em que a sociedade do século XXI está inserida é a propulsão para a mudança. As atitudes individuais e coletivas deverão permear um “novo olhar” em relação a que estilo de mundo ainda irá querer viver. Nesse sentido, questiona-se o fato ao qual a sociedade está a querer inserir-se, ou seja, “viver” ou apenas “sobreviver”?

Adotar uma postura antropocêntrica torna-se o viés para rumar-se a um sentimento e/ou pertencimento de mundo, ao passo que toda a sociedade torna-se membro ativo no processo de mudança em relação às suas atitudes. Nesse sentido Guimarães (2000) enfatiza que:

(...) Caminhar na direção da construção de uma postura diferente da antropocêntrica não significa negar a centralidade do homem para ele próprio, e sim afirmar a sua responsabilidade no processo de mudança em relação com o mundo (...) (p. 73).

Nesta perspectiva, inter-relacionando com os escritos do autor, o processo de globalização ocasiona a mundialização do espaço geográfico, ou seja, podendo tornar presentes os bens de produção local e a informação ao dispor dos meios técnico e científico em escala mundial.

Entretanto, suas dimensões variam, de forma que o espaço global é formado por redes desiguais, nas quais se tem a presença de espaços hegemônicos e hegemonzados. Desta forma, busca-se um espaço de dialogicidade, que não negue a centralidade do homem, pois negando o seu papel, será um sistema simplificador, o qual não atenderá a todas as necessidades presentes no momento vivenciado. Sendo assim, salienta-se:

(...) A complexidade ambiental não é a evolução “natural” da matéria e do homem para o mundo tecnificado, economizado, mas o produto da intervenção do pensamento no mundo. Só assim é possível dar o salto do ecologismo naturalista e situar-se no ambientalismo como política do conhecimento e da diferença, no campo do poder no saber ambiental, num projeto de reconstrução social a partir do reconhecimento da diversidade e do encontro com a outridade (...) (LEFF, 2009. P. 418)

Nesse contexto, somente os atores hegemônicos se servem de todas as redes e utilizam todos os territórios. Assim, os espaços nacionais tornam-se espaços da economia internacional, por exemplo, as transnacionais - as quais utilizam mais esses espaços que a própria sociedade local.

Desta forma, “(...) alguns lugares tendem a tornar-se especializados, no campo como na cidade, e essa especialização se deve mais às condições técnicas e sociais que aos recursos naturais (...)”. (SANTOS, 1997 p. 54) Assim, ainda que sejam espaços em desenvolvimento, os mesmos não são divididos a todos, criando-se um campo de desigualdades, além de natural, social também entre os espaços.

Corroborando as ideias acima, as desigualdades presentes em questão evidenciam o caos instalado por uma história de apropriação dos homens sobre homens, como também dos homens sobre o meio natural. Nessa linha Guimarães (2000) enfatiza:

(...) Para superarmos o afastamento entre seres humanos em sociedade e a natureza, que produz a degradação de ambos, faz-se necessário vivenciarmos a nossa relação com o meio de forma integral, na complementaridade das dimensões racional e emocional do ser, e integrada às relações dinâmicas interdependentes que informam a natureza (...) (p. 74).

Ao encontro dos escritos do autor percebe-se que a problematização das inter-relações entre sociedade-sociedade e sociedade-natureza, situadas no campo da complexidade, tornam-se necessárias para a superação da fragmentação existente entre sociedade e natureza. Sendo assim, ao passo da superação da dicotomia presente atualmente, possa haver um viés de prosperidade, calcado na sustentabilidade.

Segundo Leff (2009), o caos ambiental é resultado de um desenvolvimento sem limites, “*lei-limite da entropia*”, na qual o desenvolvimento econômico baseou-se na ideia de um crescimento sem limites, uma produção infinita.

Essa crise pode ser observada na própria apropriação do homem em relação aos recursos naturais (combustíveis fósseis principalmente), na qual os mesmos são explorados insustentavelmente, de modo que não há um

planejamento de sua exploração, uma apropriação de mecanismos mais sustentáveis.

Ainda que a nova ordem mundial seja engajada num mundo cada vez mais interdependente, o cuidado é no que se refere à dependência desigual entre países, e pior, entre instituições econômicas de diferentes ou idênticos países. Sendo assim, a interdependência tem embutida uma relação de hierarquia de poder. A partir disso, Santos (1997) nos remete a ideia de que:

(...) Sem o homem, isto é, antes da história, a natureza era una. Continua a sê-lo, em si mesma, apesar das partições que o uso do planeta pelos homens lhe infligiu. Agora, porém, há uma enorme mudança. Una mas socialmente fragmentada, durante tantos séculos, a natureza é agora unificada pela História, em benefício de firmas, Estados e classes hegemônicas (...) (p. 19).

Segundo Porto-Gonçalves (2006), todas essas tendências na distribuição de capital, de emprego, de produção, de renda e serviços, no mundo de hoje, têm a ver com a mudança nas relações entre as diversas formas de acumulação capitalista em favor da absoluta hegemonia do capital financeiro.

Assim, ao passo de uma globalização neoliberal, o Estado perde o espaço para o mercado, como também a natureza é dominada irracionalmente. Uma dominação exercida por oligarquias empresariais que não respeitam o meio natural e a sociedade. Desta forma, a questão ambiental aparece nesse período, com o propósito de minimizar as catástrofes dos períodos anteriores. (PORTO-GONÇALVES, 2006)

Foram séculos de dominação e/ou retirada dos recursos da natureza, como também de degradação ambiental. Além disso, a maior parte da sociedade não usufruiu da riqueza, conseqüentemente, não desfrutou de melhores condições socioeconômicas. Percebe-se que ao longo dos séculos, nem todos os países acompanharam em ritmo e intensidade o processo de globalização.

A exploração e/ou transformação da natureza é mais evidente nas cidades, principalmente nos grandes centros urbanos. A formação original da natureza foi afetada de forma bastante acentuada, sendo que as árvores

existentes, na sua maioria, não cresceram naturalmente, foram plantadas pelo homem.

A intervenção humana ao meio natural é imprescindível para a sobrevivência da humanidade. Entretanto, é devido a uma intervenção irracional, que a própria natureza encontra-se degradada. Além disso, evidenciam-se nas últimas décadas desastres, os quais são consequências do uso insustentável ao qual a humanidade se apropria. Nessa linha Guimarães (1996) aborda:

(...) A natureza não tem mais tempo que lhe seja próprio, com seus ciclos e suas relações de codependência de cadeias tróficas. O tempo da natureza passa a ser o tempo da racionalidade humana. A natureza é mercantilizada. Tempo, negócios e natureza passam a andar juntos. Relações de mercado, natureza lógica temporal antropocêntrica passam a se formar um sistema, complexo de inter-relações. De agora em diante, “tempo é dinheiro” – eis o novo lema (...) (p. 25)

Assim, é preciso ocorrer uma melhor avaliação da intervenção ao meio natural, bem como às relações existentes no próprio meio ambiente. Logo, buscam-se maneiras de intervir de forma menos intensa na natureza, a fim de que os ambientes naturais, ainda existentes, possam ser preservados. Sendo assim, busca-se uma conscientização, em que Guimarães (2000) ratifica:

(...) Essa consciência, construída na participação crítica e não em uma participação executora de ações predeterminadas pela lógica dominante dessa sociedade, potencializará a capacidade de atuação/transformação desse novo sujeito no processo social, direcionando essas ações para a construção de um novo modelo de sociedade baseado em uma nova ética nas relações entre os seres humanos e destes com a natureza (...) (p 81).

Desta forma, modelos econômicos implantados, como por exemplo, nos EUA – apoiado no crescimento industrial – deve ser alterado. O consumo em larga escala de diversos bens e serviços são as principais características desse modelo. Assim, as mudanças e/ou transformações das intervenções e relações no meio ambiente são questões para dialogar-se a partir da inserção da EA.

### **3.4 Globalização: uma perda de cultura e identidade**

As culturas, hábitos, entre outros valores essenciais do ser humano, são “engolidos” pelo marketing de uma globalização perversa, o qual corrompe o ser humano. A dispersão de “marcas”, além das manipulações de um desenvolvimento economicista, fecha os olhos de uma população marginalizada e considerada apenas como estatística de desenvolvimento. Enquanto classes enriquecem, a maior parcela da sociedade mundial encontra-se situado em um caos, como também mergulhada em crises socioeconômicas.

A perda da cultura no território brasileiro emerge desde o início do século XVI quando europeus “descobriram” o novo mundo, descaracterizando hábitos e costumes do povo nativo que no Brasil residia. Os índios, denominação europeia, por sua ingenuidade e desconhecimento, foram considerados pelos colonizadores como apenas uma manobra de manipulação e alienação, impondo a eles suas culturas e hábitos, além da exploração de sua mão de obra em monoculturas de exportação.

O processo de catequização e a exploração de mão de obra dos indígenas demonstram o caos instituído em nosso território no período da colonização no início de 1500. A perda da identidade, costumes e hábitos, nesse tempo, confronta-se com a realidade atual, na qual pequenas tribos ainda persistem cultivar hábitos de seus antepassados.

Grandes civilizações que residiam no continente americano foram dizimadas pelo desenvolvimento economicista aplicado pelos europeus. Além das riquezas naturais retiradas de seus territórios, foi retirada sua identidade cultural, impondo forçadamente hábitos, costumes, religião europeia ao passo que novos territórios foram conquistados. Desta forma, segundo Costa (2004):

É de se verificar que a globalização, principalmente no sentido econômico, não se daria de forma tão rápida, envolvente e dominante, não fosse a existência do campo fértil – para ela – do sistema capitalista de governo. Com ele revoluciona-se a forma de vida e de trabalho. O homem adere ao sistema, individualiza-se cada vez mais e é impelido ao consumo desenfreado – enquanto possui a mercadoria de troca que é o dinheiro -, aderindo às campanhas da grande mídia que impulsiona o consumismo através de seus poderosos veículos. O comércio se expande na busca de matérias-primas, de outras fontes de lucro, ao mesmo tempo que institui

colonialismos, imperialismos, sistemas econômicos, normalmente centralizados em capitais de nações dominantes. (Disponível em <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/getulio.html> Acesso em: 25 maio 2012).

Atualmente, percebe-se uma homogeneização cultural, ainda que tenhamos que presenciar a heterogeneização de espaços e economia. Enquanto, as grandes corporações transpõem fronteiras nacionais, observa-se um aumento de populações abaixo da linha da miséria, disseminação da AIDS, dentre outras enfermidades aqui não mencionadas. Sendo assim, Costa (2004) salienta que:

(...) Essa onda globalizante provoca transformações com suas implicações econômicas, políticas e sociais, resultando na dissolução de fronteiras, numa dança que define as forças dominantes, ora num, ora noutro território. Gera, com isso, o enfraquecimento do Estado-nação, que não mais monopoliza essas forças, as quais invadem territórios rasgando fronteiras e que são representadas por corporações empresariais, conglomerados, organizações e agências transnacionais. São os fluxos de capitais, pessoas, dinheiro e outros que passam a definir o lugar de importância no momento, pelos seus mais variados aspectos e que foi denominado por Castells como "espaços fluxos (...)" (Disponível em <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/getulio.html> Acesso em: 25 maio 2012).

A manipulação da mídia induz a sociedade a consumir incansavelmente, enquanto populações marginalizadas não possuem o mínimo para o sustento de seu bem-estar social. Nesse sentido, configura-se, após a queda do Muro de Berlim (1989), ao contrário de uma Nova Ordem Mundial, a Desordem Mundial.

O fim do século XX e início do XXI foram marcados por genocídios, não claramente mostrados à população mundial, enquanto conflitos por disputas geopolíticas e econômicas são mencionados em redes nacionais e internacionais. Os genocídios de Ruanda (1994) e Timor Leste (1999), Darfur (2003), dentre outros, caem em esquecimentos se comparados à invasão norte-americana ao Afeganistão (2001) e ao Iraque (2003). Estes exemplos nos remetem a refletir acerca das manipulações e alienação em que é aplicada a população mundial.



As disputas econômicas e políticas inibem o desenvolvimento socioeconômico. Enquanto, inserido em um Neoliberalismo, o Brasil confronta-se com o aumento de seu PIB paralelamente ao crescimento de dívidas, adquiridas por uma população alienada. Assim, a perversidade implantada por uma globalização neoliberal tem causado graves marcas na sociedade, além da exploração de mão de obra mal remunerada.

## **4. RESULTADOS DO DEBATE: UMA SÍNTESE DO OLHAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA/EMANCIPATÓRIA COMO PRÁXIS TRANSFORMADORA EM DIREÇÃO A UM NOVO PARADIGMA**

As relações e inter-relações entre geopolítica, desenvolvimento economicista e Educação Ambiental Crítica/Emancipatória permearão o presente capítulo.

### **4.1 Procedimentos Metodológicos**

A metodologia adotada pela presente pesquisa é a pesquisa bibliográfica e documental. Neste sentido, procurou-se dividir a pesquisa por blocos de leitura, nas quais se buscou atingir uma maior sedimentação dos novos conhecimentos adquiridos em conjunto com os conhecimentos prévios. A pesquisa bibliográfica ocorreu por meio de pesquisa em material bibliográfico como livros, revistas e artigos científicos e foi dividida em dois pontos de pesquisa. Enquanto isso, a documental caracterizou-se pela pesquisa em documentos que abordassem a historicidade do Município do Rio Grande/RS.

Dessa forma, primeiramente foram pesquisados autores renomados como Miyamoto (1995) para explicar o surgimento da teoria da Geopolítica no Brasil. Esse arcabouço teórico foi ao encontro dos novos estudos adquiridos por uma Geopolítica crítica de Vesentini (1990, 1996) e Vizentini (2000), corroborando com os assuntos em relação à expansão do polo naval no Município do Rio Grande/RS abarcado por Domingues (1995). Assim, possibilitou novos conhecimentos acerca dos porquês da implantação de um polo naval nessa localidade.

Em um segundo momento, o autor deste estudo realizou, inicialmente, uma série de leituras e reflexões a fim de permitir a construção do conceito de Educação Ambiental Crítica/Emancipatória, assim como apropriar-se das ideias e teorias de autores coerentes com uma vertente crítica da EA: Carvalho (1998, 2001), Loureiro (2004), Gadotti (1990,2000), Morin (2006, 2007), Paulo Freire (1996,1999) e Reigota (1998).

Por fim, interpretações de dados estatísticos disponibilizados no site da Superintendência do Porto do Rio Grande foram correlacionados com o

arcabouço teórico mencionado anteriormente, bem como novos conjuntos epistemológicos críticos utilizados no processo de reflexão constituído ao longo desta pesquisa.

Para isso, o pesquisador utilizou-se das abordagens quantitativa e qualitativa. Primeiramente, uma percepção acerca dos dados estatísticos no período de 2008 a 2011. Por fim, uma análise qualitativa, correlacionada ao arcabouço teórico, a fim de problematizar o desenvolvimento economicista em Rio Grande/RS. “A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.” (Chizzotti, 2006, p. 79).

Dentre os métodos de abordagem, encontrou-se no método de abordagem dialético, o mais apropriado em relação aos conteúdos abordados pela pesquisa. O método dialético, muito utilizado nos escritos marxistas, baseia-se na tese, antítese e uma nova tese. Assim, cabe ressaltar que o método dialético não foi criado por Marx, mas sim utilizado na criação de sua teoria.

Nessa perspectiva, a escolha do método de abordagem dialético foi estabelecida para a elaboração desta pesquisa, por compreender-se ser mais coerente com a proposta dialógica escolhida como ponto de partida para o estabelecimento do processo de reflexão-ação-reflexão. Desta forma, Marconi & Lakatos (2010) ratificam o significado de método:

(...) o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. (...). (p. 65).

Neste sentido, Gil (2010) corrobora que “(...) pode-se definir método como o caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento (...)” (p. 8). Desta forma, em virtude dos conteúdos abordados ao longo da pesquisa, o melhor método para se atingir os objetivos propostos foi o dialético.

**Figura 13 - Método de abordagem dialético**



Fonte: GIL, Antonio Carlos.  
Org. GOMES, Róger Walteman.

Partindo de premissas de que o mundo não é algo estático, mas sim uma dinâmica de relações e inter-relações, Marconi & Lakatos (2010) salientam que:

(...) Todas as coisas implicam um processo (...). Esta lei é verdadeira para todo o movimento ou transformação das coisas, tanto para as reais quanto para seus reflexos no cérebro (ideias). Se todas as coisas e ideias se movem, se transformam, se desenvolvem, significa que constituem processos, e toda extinção das coisas é relativa, limitada, mas seu movimento, transformação ou desenvolvimento é absoluto. (...) (p. 84).

Ao passo dos escritos do autor, correlacionou-se com as relações e inter-relações existentes em um mundo cada vez mais interdependente. Neste sentido, para elaboração da pesquisa, toma-se por base o que Marconi & Lakatos (2010) asseveram:

(...) Todo movimento, transformação ou desenvolvimento opera-se por meio das contradições ou mediante a negação de uma coisa – essa negação se refere à transformação das coisas. (...) a negação de uma coisa é o ponto de transformação das coisas em seu contrário. (...) a negação, por sua vez, é negada. Por isso se diz que a mudança dialética é a negação da negação. (...) (p.84).

Assim, o processo de transformação é o pressuposto *mister* da pesquisa, ou seja, a busca por um *lócus* mais justo e igualitário, a partir da inserção da Educação Ambiental como instrumento auxiliar. Para tanto, cabe ressaltar que:

(...) A negação da negação tem algo positivo, tanto do ponto de vista lógico, no pensamento, quanto da realidade: sendo negação e afirmação noções polares, a negação da afirmação implica negação, mas a negação da negação implica afirmação. (...). (MARCONI & LAKATOS, 2010, p. 84).

Corroborando os escritos do autor, Gil (2010) ratifica que:

(...) A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. (...) Assim, as pesquisas fundamentadas no método dialético distinguem-se bastante das pesquisas desenvolvidas segundo a ótica positivista, que enfatiza os procedimentos quantitativos. (...) (p. 14).

Nessa perspectiva, o presente estudo baseou-se na tentativa crítica de obter uma melhor reflexão acerca do atual momento de crescimento econômico ampliador de desigualdades socioambientais, buscando alternativas de interpretação, diálogo e mudança de rumos a partir da Educação Ambiental Crítica/Emancipatória. Deste modo, um instrumento auxiliar capaz de transformar a consciência e promover a emancipação social, visando maior justiça ambiental.

#### **4.2 Uma síntese do olhar da educação ambiental crítica/emancipatória**

O município do Rio Grande/RS tem sido alvo de grandiosos projetos de desenvolvimento industrial. Do ponto de vista da EA, entretanto, as construções e/ou reconstruções dos espaços deverão atender a todos os planos e não somente ao plano econômico. Deste modo, especialmente, os sujeitos que serão prejudicados pelos processos de implantação dos investimentos, com deslocamentos de populações atingidas, prejuízo aos pescadores artesanais, necessidade de requalificação dos trabalhadores locais e chegada de trabalhadores de outras localidades do Estado e do País. Além disso, a alteração do equilíbrio ecossistêmico inerente ao processo de instalação dos investimentos de grande porte, com riscos como poluição, redução da pesca, etc. Assim, Santos (1997) salienta que:

(...) Hoje, o que é federativo ao nível mundial não é uma vontade de liberdade, mas de dominação; não é o desejo de cooperação mas de competição, tudo isso exigindo um rígido esquema de organização que atravessa todos os rincões da vida humana. Com tais designios, o que globaliza falsifica, corrompe, desequilibra, destrói. (...) (p. 19)

Desta forma, altos investimentos, construção civil, mão de obra qualificada, alta tecnologia, deverão interagir com a inserção de uma EA transformadora, que deve ser gerida pelos próprios sujeitos sociais interessados com apoio de organizações capazes de promovê-las como instituições educacionais formais, não formais, sindicatos, ONGs.

O desenvolvimento economicista não abarca a todos, como também não tem por objetivo a preservação do meio natural. Ao longo da história, a espécie *Homo Sapiens* tratou somente da construção e/ou reconstrução dos espaços geográficos no planeta Terra, fazendo-se assim uma relação de apropriação do meio natural. O mesmo aconteceu ao longo da história do Município do Rio Grande/RS

**Figura 14 - Reconstrução do espaço geográfico – Rua Buarque de Macedo**



Fonte: Prefeitura Municipal do Rio Grande/RS  
Org. GOMES, Róger Walteman.

Uma EA crítica/emancipatória não será feita pelos sujeitos empresariais hegemônicos do processo de indução econômica ligada ao capital. A necessidade de aplicação da legislação ambiental, de fiscalização pelos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, pelos Conselhos Municipais, ONGs, pelo Ministério Público e outros agentes que dentro de uma visão de ecologia política podem moldar uma educação ambiental emancipatória e crítica baseada na busca de uma cidadania ambiental coerente com a

qualidade ambiental e o bem-estar das futuras gerações, que serão atingidas pelos impactos destes processos.

Os espaços geográficos não são homogêneos, como também, as forças hegemônicas tratam de se apoderar dos espaços que mais lhe tragam benefícios. Neste sentido, observaram-se as questões acerca das revoluções industriais, a partir da metade do século XVIII, além das “conquistas” por espaços geográficos do neoliberalismo do século XX. Neste sentido, Santos & Silveira (2001) aborda que:

(...) A presença numa localidade de uma grande empresa global incide sobre a equação do emprego, a estrutura de consumo consumptivo e do consumo produtivo, o uso da infraestruturas materiais e sociais, a composição dos orçamentos públicos, a estrutura do gasto público e o comportamento das outras empresas, sem falar na própria imagem do lugar e no impacto sobre os comportamentos individuais e coletivos, isto é, sobre a ética. Acrescente-se a tudo isso as inflexões exigidas da política nos planos federal, estadual e municipal para atender às necessidades de instalação, permanência e desenvolvimento das empresas. Estas estão interessadas sobretudo na produção material (...) (p. 293).

Nessa perspectiva, as construções e/ou reconstruções do espaço geográfico do Município do Rio Grande/RS, e também regionais, têm atendido apenas ao crescimento exponencial que tem apresentado a indústria naval. Ao passo do tempo, as novas infraestruturas, comércio, serviços, transporte, finanças, dentre vários outros aspectos, atenderam primeiramente as novas empresas que vieram se instalar em Rio Grande/RS, marginalizando a população de menor poder aquisitivo, apesar de haver surgido oportunidades de formalização do emprego em decorrência dos investimentos para alguns setores sociais.

O Capital interessado no acúmulo do lucro, na sua concentração e remessa para fora do plano local, não dará medidas intensamente compensatórias se não for pressionado pelos interesses do espectro ambiental e social, insere-se a isso o compromisso de uma educação ambiental formal e informal capaz de mostrar o conflito, lutar pelos interesses da natureza e dos grupos marginalizados e, se necessário, atuar no plano institucional e normativo, a partir da conscientização e ação para a práxis dos sujeitos ecológicos e movimentos sociais, conforme nos ensina Paulo Freire, que jamais mascarou a perspectiva de uma sociedade de classes marcada pelas

desigualdades e insuficiência das políticas públicas para os setores mais vulneráveis e para a natureza, circunstância que culminou na sua expulsão do país no período totalitário do golpe civil-militar, depois de sua participação no governo Jango, e o levou a agir em países e regiões tão diferentes como Suécia e África.

Porém, a maior parte do processo social interpretado como de prosperidade rio-grandina, trata-se de um desenvolvimento para uma minoria hegemônica, como também na alienação da população hegemônica. Segundo Santos & Silveira (2001), “(...) a atividade é subordinada aos mandamentos das empresas (...) pode-se dizer que tal mecanismo conduz ao crescimento econômico, mas à custa da perda do controle de seu destino (...)” (p. 292). Assim, a população local, torna-se “marionete” de uma minoria detentora do poder, a qual se desenvolve a partir do controle econômico dos atores hegemônicos.

O crescimento exponencial da movimentação portuária ainda é acompanhado por uma crise ambiental, de modo que ainda tenhamos que conviver com impactos, como por exemplo, fome e desestruturação social. A prosperidade vinculada à indústria naval já é realidade, porém o desenvolvimento tem se calcado somente no que tange à economia, marginalizando o social, como também o natural.

Nesta epistemologia, Santos & Silveira (2001) corroboram a atuação das grandes empresas nos espaços geográficos aos quais se instalam:

(...) Na medida em que essas grandes empresas arrastam, na sua lógica, outras empresas (...) e também influenciam fortemente o comportamento do poder público, na União, nos Estados e nos Municípios, indicando-lhes formas de ação subordinadas, não será exagero dizer que estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas (...). (p. 291).

Ao encontro dos escritos, as autoridades locais, além das nacionais, deverão utilizar-se de precaução no que se refere à instalação das empresas da indústria naval. Isso porque, “(...) os objetivos de tais empresas não são propriamente finalidades (...) a busca fundamental e desesperada (...) é a



procura de um lucro, uma mais-valia (...)” (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 296).

No que tange às questões da teoria da geopolítica em território brasileiro, a geopolítica militar, soberana no governo militar brasileiro, é contestada por uma geopolítica crítica. A inserção de uma globalização informacional, interdependente, além de desigual, remete a um novo viés acerca da geopolítica nacional. Para isso, novos espaços vêm sendo conquistados pelas grandes corporações a fim de estarem inseridas no mercado mundial a partir da expansão dos blocos econômicos. Entretanto, cabe ressaltar que:

(...) As empresas mais poderosas escolhem os pontos que consideram instrumentais para a sua existência produtiva. É uma modalidade de exercício do seu poder. O resto do território torna-se, então, o espaço deixado às empresas menos poderosas. Os primeiros seriam, do ponto de vista da produtividade, da competitividade, “espaços luminosos”, enquanto o resto do território chamar-se-ia “espaços opacos”. (...). (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 294).

A interdependência dos espaços geográficos não emerge o sinônimo de uma homogeneidade social. Isso porque, espaços cada vez mais “disputados” (atraídos por recursos naturais, incentivos fiscais, dentre outros), formam um “abismo” com espaços esquecidos, que naturalmente viram estatísticas. Dessa forma, Santos (2011) salienta no que se refere a disputas por novos territórios

“(...) No mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estritamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros. (...)” (p. 79)

A inserção do Município do Rio Grande/RS na geopolítica nacional, a partir da expansão da indústria naval, traz-nos a perversidade da mundialização do capital. Segundo Santos (2011), “(...) o mundo torna-se unificado – em virtude das novas condições técnicas, bases sólidas para uma ação humana mundializada. Esta, entretanto, impõe-se à maior parte da humanidade como uma globalização perversa. (...)” (p. 37). Sendo assim,

buscam-se alternativas por outra globalização, calcada em valores que almejem perspectivas para todos habitantes do planeta.

A inserção da EA como uma ferramenta auxiliar, desta forma, permeia a propulsão de um novo paradigma. Nessa perspectiva, não se trata de uma mudança pragmática, mas sim, paradigmática, situado no campo da complexidade, como também emergindo na busca da emancipação dos sujeitos. Ações, como por exemplo, do Núcleo de EA Ambiental do Porto do Rio Grande, deverão ter maior atuação, promovendo novas perspectivas de crescimento que atinjam toda a sociedade. Neste sentido, a intenção é a superação da *ordem desordeira* ao qual Santos (2011) aborda:

“(...) Como essa ordem desordeira é global, inerente ao próprio processo produtivo da globalização atual, ela não tem limites; mas não tem limites porque também não tem finalidades e, desse modo, nenhuma regulação é possível, porque não desejada. Esse novo poder das grandes empresas, cegamente exercido, é, por natureza, desagregador, excludente, fragmentador, sequestrando autonomia ao resto dos atores. (...)” (p. 86)

Nessa perspectiva, o Município do Rio Grande/RS, alvo de altos investimentos, acerca da indústria naval, tem corroborado a história humana, ou seja, um desenvolvimento economicista. Nesse sentido, a cidade recebeu um contingente populacional significativo, na última década, ocasionando aumento da frota de veículos automotores, além do aumento da violência, consumo de drogas e pobreza. A falta de infraestrutura e planejamento em Rio Grande/RS são as consequências dos aumentos mencionados. Segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP), os homicídios cresceram no período de 2008 até 2011, subindo de 21 (2008) para 27 (2011). O crescimento constatado nos dados estatístico da SSP foram as prisões por entorpecentes por posse, 98 casos em 2008, subindo para 179 casos em 2011. Além disso, o tráfico aumentou, segundo os dados estatísticos da SSP, na qual casos de entorpecentes por tráfico em 2008 foram de 169, subindo para 258 casos em 2011. Dessa forma, buscam-se alternativas para a reeducação da população, como também fortalecimento do policiamento ostensivo.

A cultura antropocêntrica na atual conjuntura do Município do Rio Grande vai de encontro aos ideais da EA crítica/emancipatória. Sendo assim, a inserção da EA buscará auxiliar, como também emergir uma sustentabilidade.

Para isso, o período de desenvolvimento econômico de Rio Grande/RS não poderá abarcar somente o crescimento exponencial da economia centralizada, mas deverá permear mais além, ou seja, áreas culturais, sociais, bem como a preservação do meio natural.

Nesse sentido, não se percebe, no atual momento rio-grandino, políticas públicas sociais e ambientais eficientes nas quais toda a população possa desfrutar do presente desenvolvimento. Desta forma, Loureiro (2012) assevera que:

(...) um processo ou um sistema para serem sustentáveis necessita: 1) conhecer e respeitar os ciclos materiais e energéticos dos ecossistemas em que realizam; 2) atender as necessidades humanas sem comprometer o contexto ecológico e, do ponto de vista ético, respeitando as demais espécies; 3) garantir a existência de certos atributos essenciais ao funcionamento dos ecossistemas, sem os quais perderiam suas características organizativas; 4) reconhecer quais são seus fatores limitantes preservando-os para não inviabilizarem a sua capacidade de reprodução; 5) projetar a sua manutenção em termos temporais (necessidade de incorporar projeções futuras no planejamento das atividades humanas com base nos saberes disponíveis hoje). (...). (p. 56).

Ao encontro dos escritos, a política neoliberal antropocêntrica instalada em Rio Grande/RS não tem buscado uma sustentabilidade, mas sim a hegemonização de uma população marginalizada. Para isso, cabe ressaltar que

(...) Há diferentes formas de se definir desenvolvimento sustentável. Para alguns, nem conceito propriamente dito é e sim uma “ideia-força”, um conjunto de princípios manifestos em busca de um desenvolvimento qualificado por uma preocupação, qual seja: crescer sem comprometer a capacidade de suporte dos ecossistemas e seus ciclos, garantindo a existência social e de outras espécies em longo prazo. Mesmo que não o entendamos como um conceito, mas como uma ideia mobilizadora, sem dúvida, de ser admitido que é uma ideia bastante instigante e capaz de gerar grandes debates e mobilizações de grupos e pessoas em torno dela. (...) (LOUREIRO, 2012, p. 55).

O processo de mudança é desafiador e instigante em Rio Grande/RS, mas acima de tudo, necessário para um mundo mais justo e igualitário. Os meios de comunicação, como jornais, telejornais, redes sociais, dentre outros, têm colocado o Município do Rio Grande/RS em evidência, e isso se percebe

pelo aumento na movimentação portuária dos últimos anos. Entretanto, Santos (2011) corrobora que:

(...) o que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. (...) O evento já é entregue maquiado ao leitor, ao ouvinte, ao telespectador, e é também por isso que se produzem no mundo de hoje, simultaneamente, fábulas e mitos. (...) (p. 39-40).

O contexto da cidade não retrata um desenvolvimento sustentável, mas mais uma vez, Rio Grande/RS “vive” um novo ciclo, o desenvolvimento economicista a partir da indústria naval. Acompanhado desse novo ciclo, a movimentação portuária acelerou, entretanto, tem alavancado na cidade impactos de ordem socioeconômicos, fruto de uma concentração de capital. Além disso, impactos ao meio natural, consequência de uma cultura antropocêntrica.

Aliado ao desenvolvimento economicista de Rio Grande/RS crescem os problemas sociais, perda de identidade cultural, impactos ao meio natural. Porém as grandes corporações mundiais não vislumbram o afastamento do caos ambiental, “(...) a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira e não qualquer outra. (...)” (SANTOS, 2011, p. 36).

Neste sentido, o presente desenvolvimento não basta compreender um ciclo por duas ou três décadas, mas sim duradouro, que seja abarcado por uma sustentabilidade. Neste sentido, o desenvolvimento de Rio Grande/RS deverá ser alavancado por instrumentos auxiliares, dentre os quais baseados na sustentabilidade. Nessa perspectiva, Loureiro (2012) faz referência importância da sustentabilidade:

(...) o conceito de sustentabilidade é instigante, complexo e desafiador. Faz-nos pensar sobre múltiplas dimensões e suas relações. Mas o que houve de mais interessante ao se trazer um conceito biológico para a política e a economia foi não só admitir a dinâmica do contexto ecológico como uma condição objetiva de qualquer atividade social, mas também pensar em um desenvolvimento que fosse duradouro e atribuir responsabilidade pela vida das pessoas no futuro a partir do que o cidadão realiza no presente. (...) (p. 57).

Para isso, a emergência de uma “luta” individual e coletiva, a partir da EA, como ferramenta auxiliar, será o caminho para um desenvolvimento

sustentável, bem como duradouro, tanto local, como também regional e global. A inserção da EA no processo de desenvolvimento de Rio Grande/RS não é uma “receita” a fim de sanar impactos ambientais, mas sim, um instrumento auxiliar, no qual poderá haver um sentimento de pertencimento ao meio ambiente. Nessa perspectiva, membros ativos num processo de mudança, tanto no local, como global, tem que haver, pois vivemos em um mundo de inter-relações, sendo que não se podem fragmentar as partes.

Ao que diz respeito ao cumprimento das leis, ainda vislumbra-se o fortalecimento e o cumprimento das mesmas. Para isso, conta-se com a participação cada vez mais ativa dos Movimentos Sociais, nos quais se encontram engajados pelo sentimento de mudança ao que se refere ao colapso ambiental em que se vive atualmente. Desta forma, Santos (2011) “(...) se a realização da história, a partir dos vetores “de cima”, é ainda dominante, a realização de uma outra história a partir dos vetores “de baixo” é tornada possível. (...)” (p. 166).

Nessa perspectiva, o mapeamento da resistência empreendida por organizações combativas nos leva a uma breve exposição de um desses grupos, a Organização não Governamental Centro de Estudos Ambientais (Cea), que torna-se um importante ponto de referência no Município do Rio Grande/RS, bem como além dos limites municipais. Apesar da pequena expressividade das ONGs frente às grandes corporações mundiais, as mesmas são centros de “luta”, nos quais trazem, em seu anseio, ideais que buscam um mundo mais sustentável e harmônico para todos. Neste sentido, Santos (2011) aborda em seus escritos a referência de que não podemos encarar o processo de globalização e seus efeitos perversos, como irreversíveis:

(...) Além das múltiplas formas com que, no período histórico atual, o discurso da globalização serve de alicerce às ações hegemônicas dos Estados, das empresas e das instituições internacionais, o papel da ideologia na produção das coisas e o papel ideológico dos objetos que nos rodeiam contribuem, juntos, para agravar essa sensação de que agora não há outro futuro senão aquele que nos virá como um presente ampliando e não como outra coisa. Daí a pesada onda de conformismo e inação que caracteriza nosso tempo, contaminando jovens e, até mesmo, uma densa camada de intelectuais. (...) (p. 159).

Neste sentido, o trabalho coletivo, como por exemplo, do Cea tem contribuído para a exclusão do conformismo, ampliando novas perspectivas. A

atuação *in locus* tem contribuído para alavancar uma reorganização acerca do desenvolvimento que se instala na região sul do Rio Grande do Sul. A intenção de mudança está calcada no princípio que prega que

(...) Para exorcizar esse risco, devemos considerar que mundo é formado não apenas pelo que já existe (aqui, ali, em toda a parte). O mundo datado de hoje deve ser enxergado como o que na verdade ele nos traz, isto é, um conjunto presente de possibilidades reais, concretas, todas factíveis sob determinadas condições. (...). (SANTOS, 2011, p. 160).

Ao encontro dos escritos do autor Santos (2011), a ONG Cea, tem buscado, a partir de ações individuais e coletivas, o cumprimento das leis no Município do Rio Grande/RS. Além disso, vislumbra-se *in locus* a conscientização de uma população marcada pelo capitalismo-consumista, e isso sugere a importância da cidadania ambiental.

Neste sentido, o Cea tem priorizado a cooperação com outras instituições, por considerar que os ecossistemas se espalham para além dos limites municipais e, no caso das Zonas Úmidas, para mais além, através das fronteiras políticas do Brasil e Uruguai, requerendo uma aliança entre diversos agentes para implantação de medidas de cuidado ecológico. (CENTRO DE ESTUDOS AMBIENTAIS, 2012).

Correlacionado com os ideais do Cea, se faz presente a atuação do Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA). O mesmo corresponde a um centro por excelência, na preservação ambiental em Rio Grande/RS. Sendo assim, Santos (2011) refere que:

“(...) é lícito dizer que o futuro são muitos; e resultarão de arranjos diferentes, segundo nosso grau de consciência, entre o reino das possibilidades e o reino da vontade. É assim que iniciativas serão articuladas e obstáculos serão superados, permitindo contrariar a força das estruturas dominantes, sejam elas presentes ou herdadas. A identificação das etapas e os ajustamentos a empreender durante o caminho dependerão da necessária clareza do projeto. (...) (p. 161).

Conforme mencionado pelo autor Santos (2011), o caminho percorrido deverá estar bem traçado. Neste sentido, o planejamento e seriedade, promovendo a educação, a conservação do meio ambiente, a cultura e a defesa do patrimônio histórico são objetivos, que o NEMA sustenta e tem

buscado desde a sua fundação. Reconhecendo que o processo de globalização não é irreversível, a mudança emerge *in locus* a partir da premissa que:

(...) A dialética entre essa universalidade empírica e as particularidades encorajará superação das práxis invertidas, até agora comandadas pela ideologia dominante, e a possibilidade de ultrapassar o reino da necessidade, abrindo lugar para a utopia e para a esperança (...) essa nova maneira de enxergar a globalização permitirá distinguir, na totalidade, aquilo que já é dado e existe como um fato consumado, e aquilo que é possível, mas ainda não realizado, vistos um e outro de forma unitária. (...). (SANTOS, 2011, p. 168).

As novas percepções acerca do processo de desenvolvimento economicista, a partir de uma visão sistêmica, abarcarão premissas que englobem a todos os cidadãos, como também a busca pela cidadania. Enquanto cresce a movimentação portuária e novas indústrias instalam-se no Município do Rio Grande/RS com o “badalado” polo naval, a maior parte da população está sendo marginalizada por um processo excludente.

A prosperidade econômica em Rio Grande/RS, a partir da expansão da indústria naval, já é realidade local. Para tanto o desenvolvimento deverá abarcar a todos, porém, atualmente o mesmo não está ocorrendo. Desta forma, “(...) esse mundo novo anunciado não será uma construção de cima para baixo, como a que estamos hoje assistindo e deplorando, mas uma edificação cuja trajetória vai se dar de baixo para cima. (...)” (SANTOS, 2011, p. 170). Neste sentido, a superação do paradigma dominante, o cartesianismo, por um novo paradigma, situado no campo da complexidade, a partir de uma vista sistêmica é a propulsão para um “novo” desenvolvimento local. Neste sentido, Santos (2011) corrobora que:

(...) Nosso mundo é complexo e confuso ao mesmo tempo, graças à força com a qual a ideologia penetra objetos e ações. Por isso mesmo, a era da globalização, mais do que qualquer outra antes dela, é exigente de uma interpretação sistêmica cuidadosa, de modo a permitir que cada coisa, natural ou artificial, seja redefinida em relação com o todo planetário. (...). (p. 171).

Assim, como a EA não é a “receita” para a mudança, não há tempo marcado em relógio, dia marcado no calendário para o início de eventuais

mudanças no desenvolvimento do Município do Rio Grande/RS. Segundo Santos (2011), “(...) o que conta mesmo é o tempo das possibilidades efetivamente criadas (...) cujas mudanças são marcadas pela irrupção de novos objetos, de novas ações e relações e de novas ideias. (...)” (p. 173). Sendo assim, é necessário ressaltar que:

(...) Agora que estamos descobrindo o sentido de nossa presença no planeta, pode-se dizer que uma história universal verdadeiramente humana está, finalmente, começando. A mesma materialidade, atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais humano. Basta que se complete as duas grandes mutações ora em gestação: a mutação tecnológica e a mutação filosófica da espécie humana. (...). (SANTOS, 2011, p. 174).

A mudança em relação às percepções do desenvolvimento do Município do Rio Grande/RS não bastará apenas de ações individuais, apesar de ser um início fundamental. Com isso, a EA permeia a possibilidade de emancipação dos sujeitos inseridos em um mundo confuso e complexo. A inserção da EA, como ferramenta auxiliar, tem por intenção a emancipação dos cidadãos, alavancando processos individuais e coletivos em busca de liberdade e autonomia. Além disso, objetivando a ampliação de possibilidades pessoais de realização e o potencial criador humano.

A educação, como prática social, tende a desenvolver-se aliada ao crescimento economicista de Rio Grande/RS. Nessa perspectiva, o olhar da EA buscará o desenvolvimento humano, superando a alienação da sociedade, ou seja, a superação da objetividade no marco do capitalismo que fere a subjetividade humana. Isso implicará uma “luta” contínua, na qual, ainda que a pequena expressividade das ONGs locais frente às grandes corporações mundiais, aqui instaladas, possa ser evidenciada, as mesmas continuarão a serem centros de “luta”, que trazem em seu anseio, ideais que busquem uma cidade mais sustentável e harmônica para todos.

O desenvolvimento da indústria naval e sua inserção na geopolítica mundial elevam o processo de cidadania? Será a possibilidade de todos rio-grandinos tornarem-se cidadãos? Para responder a essas questões, basta correlacioná-las aos escritos de Loureiro (2012) no que conceitua acerca de cidadania:



(...) remete à existência do indivíduo em sociedade, segundo normas estabelecidas no âmbito do Estado e em cada país. Cidadão é aquele que possui direitos reconhecidos e garantidos pelo Estado, responsabilidades pessoais e perante o outro, e que atua politicamente na definição dos rumos se quer para a vida social. (...). (p. 110).

Nesta perspectiva, a teoria crítica emerge como pretensão para alcançar a cidadania em Rio Grande/RS. O princípio da teoria crítica, objetiva a negação de algo, sendo esta, a possibilidade de mudanças das coisas, ou seja, o princípio da contradição. Sendo assim, é de pretensão da EA a mediação de conflitos entre atores sociais que agem no ambiente, nas esferas das relações político-institucionais e societárias, nesse caso, a mediação entre as grandes corporações instaladas no polo naval e a sociedade rio-grandina como um todo.

Na realidade, nunca houve até o presente momento da história da humanidade, bem como em Rio Grande/RS, uma política corroborando uma sociedade mais justa e sustentável. Nessa perspectiva, há sim, uma segregação, na qual uma pequena parcela detentora do poder define o “cronograma de vida” de uma maioria, classe hegemônica pelo poderio hegemônico das grandes potências mundiais.

Porto-Gonçalves (2006b) salienta que:

(...) Vivemos um momento crítico. Um momento que clama por lucidez, criatividade e imaginação. De todos os lados, à direita e à esquerda, avalia-se que vivemos uma intensa crise no plano econômico, no plano jurídico-político, no plano dos valores e das normas, da arte e da cultura (...). (p. 136).

A luta das classes deverá persistir, pois a cidadania não poderá ser somente encarada como uma “cidadania consumista”, mas sim, cívica e social: da sociedade de bem-estar à sociedade justa; a liberdade, igualdade, respeito ativo, solidariedade e diálogo são políticas que deverão perpassar por todas as classes sociais, indiferente de seu poder econômico, social e cultural. Sendo assim, cabe ressaltar acerca da inserção da EA no processo de desenvolvimento da indústria naval:

(...) Na medida em que se insere a EA crítica/emancipatória como tema transversal, poder-se-á redimensionar o processo de cisão entre sociedade/natureza, tão consolidada no pensamento dos indivíduos deste século. Diante disso, o processo de mudança da sociedade frente à natureza, bem como da sociedade frente ela mesma, será um dos propósitos da educação a serem trabalhados. (...). (GOMES, 2011, p. 52).

Após décadas de estagnação econômica e social, o Município do Rio Grande/RS emerge como o município de maior prosperidade da metade sul do Rio Grande do Sul. A fim de um desenvolvimento duradouro, pautado na sustentabilidade, bem como a superação das políticas neoliberais, a prosperidade calcada em uma EA crítica/emancipatória é o futuro para uma sociedade mais justa e igualitária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Polo Naval no Município do Rio Grande/RS já é uma realidade e não mais a esperança de desenvolvimento e empregos para o município e região. Nessa perspectiva, outros setores também obtiveram crescimento, como também se buscam alternativas para acompanhar o crescimento que Rio Grande/RS vem obtendo na última década.

A ascensão ainda é um paradoxo no município e região. A falta de infraestrutura urbana, mão de obra qualificada, dentre outros fatores, não estão crescendo em mesma proporção ao PIB de Rio Grande/RS. Nesse sentido, as políticas adotadas pelos governantes e empresários, primeiramente, voltou-se para instalação do Polo Naval e, a *posteriori*, um planejamento em outros setores.

A utilização de alta tecnologia e mão de obra qualificada por excelência são condições *sine quo non* para a construção de plataformas petrolíferas, mas esses pré-requisitos não estão sendo encontrados nos trabalhadores do município o que acarreta na vinda de migrantes gerando uma macrocefalia urbana.

Atualmente, o Município do Rio Grande/RS tornou-se um polo atrativo devido às melhores perspectivas de trabalho, ganhando um enorme destaque no cenário nacional. Por outro lado há de se criar mecanismos de uma mobilidade urbana eficiente, há de haver desenvolvimento com distribuição de renda vislumbrando a diminuição do “abismo” entre ricos e pobres, criação de políticas de preservação do meio natural, propulsando, assim, um “modo de vida” justo e igualitário.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento que se busca *“in loco”*, deverá almejar o social, político, cultural, meio natural, em síntese, atender todas as esferas que compõem a sociedade. O trabalho é difícil e árduo, porém não pode ser considerado utópico. Ainda que penoso, os esforços individuais e coletivos propulsionarão um município de referência, tanto no Estado do Rio Grande do Sul, como também na República Federativa do Brasil.

O avanço, ainda que na esfera econômica, também deverá abarcar as outras esferas da sociedade. O município do Rio Grande/RS tem de buscar alternativas para um desenvolvimento sustentável ainda que enfrente

obstáculos, como “guerras” de interesses individuais, mas as autoridades têm de proporcionar um desenvolvimento que abarque toda a população rio-grandina.

Os esforços políticos permeiam a sustentabilidade, por isso, a inserção da Educação Ambiental como ferramenta auxiliar, tornando-se *mister* neste processo. A EA não deverá ser “rotulada” como “receita”, mas sim uma ferramenta auxiliar para permitir a constituição de uma sociedade mais justa e igualitária.

Sendo assim, A EA não se configura como solução dos problemas ambientais, de modo que, a mesma é o processo de transformação de paradigmas a partir da compreensão contextualizada da relação do ser humano com a natureza em sociedades desiguais. Deste modo, EA poderá ser correlacionada como uma ferramenta auxiliar, a qual possa alavancar uma sociedade mais justa e sustentável local, regional e globalmente.

O resgate de valores, a inserção governamental, individual e coletiva, nos remeterão a um novo “olhar” em relação aos hábitos da população, atualmente utilizados como política de desenvolvimento economicista. Para isso, a mudança deverá emergir da própria classe social desprivilegiada, ou seja, novos rumos para os trabalhadores, como também a sociedade rio-grandina marginalizada.

Assim, o crescimento econômico instalado no Município do Rio Grande/RS deverá permitir a qualificação de mão de obra local, contrariando o atual momento. Neste sentido, fortalecer os novos cursos de graduação da Universidade Federal do Rio Grande/FURG, cursos técnicos, além do ensino básico, será o ponto de partida para a inserção de rio-grandinos no desenvolvimento do Polo Naval. É necessário que se questione também os profundos impactos socioambientais desses empreendimentos vistos apenas sob o ângulo técnico e pelo economicismo que busca a maximização dos lucros e que não objetiva o bem-estar socioambiental almejado por uma educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória.

Esta é a EA preconizada neste trabalho, que condena as condições de vida dos trabalhadores e as mazelas socioambientais que surgem para a população nativa e pela deslocada pelos empreendimentos de seus locais de origem entendendo a dinâmica provisória e problemática de todos os ciclos de

crescimento econômico capitalista, gerador de conflitos urbanos, sociais, de mobilidade urbana envolvendo questões como degradação ambiental, problemas com a habitação, caos urbano, stress, patologias laborais e riscos à saúde da população gerados pela poluição e pelo meio ambiente do trabalho perigoso e insalubre.

Atualmente, percebe-se uma “invasão” de mão de obra qualificada de grandes centros industriais do Brasil, como por exemplo, Macaé/RJ, Rio de Janeiro/RJ, Cubatão/SP, São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG, além de nordestinos que vislumbram melhores perspectivas de vida em Rio Grande/RS. Desta forma, deverá ser reforçada a identidade local, como também acelerar a qualificação *in locus*. Sendo assim, buscam-se alternativas de inserir o rio-grandino na prosperidade naval, ao contrário de perder espaço para migrantes.

O crescimento urbano deverá ser acompanhado por estudos que vislumbrem a preservação do substrato ecológico, social e cultural local, como também possibilitar uma mobilidade urbana eficiente. Nessa perspectiva, a reestruturação, reorganização, como acima de tudo, uma política individual e coletiva, serão os pressupostos que permearão um município sustentável.

Enquanto os dados estatísticos alavancam o Município do Rio Grande/RS para um desenvolvimento econômico, percebe-se apenas a concentração de corporações industriais. Ainda que importante a vinda das grandes corporações da indústria naval, o mesmo deverá ser acompanhado do desenvolvimento social para o Município do Rio Grande/RS.

Atualmente, o crescimento econômico é vislumbrado no município e região como não imaginado até o momento. Após anos de estagnação em Rio Grande/RS e metade sul do Rio Grande do Sul, a prosperidade instala-se na cidade e região. Entretanto, os gestores enfrentaram os obstáculos por falta de infraestrutura, déficits em vários setores, consequência de anos de estagnação econômica.

O novo ciclo econômico que se instalou em Rio Grande/RS, a partir da construção da Plataforma Petrolífera P-53 é um ciclo estruturado e de alto grau de prosperidade, pois o mesmo abarca altos investimentos. Entretanto, em seu ponto de partida, o município não contava com uma mão de obra qualificada, além da falta de infraestrutura urbana para receber tais investimentos e contingente populacional.

O futuro do Município do Rio Grande ainda é uma incógnita. A atual falta de infraestrutura e de mão de obra qualificada, em síntese, a falta de preparação pelos administradores locais, tem provocado uma incógnita no investimento de empreendedores na cidade e região. Desta forma, deverá haver uma mudança radical na infraestrutura, tornando o município e a região, mais atrativos para investimentos de atuais e novos empreendedores.

O crescimento do polo industrial naval é uma esperança de crescimento individual e coletivo para o Município do Rio Grande/RS, entretanto, percebe-se a falta de infraestrutura como, por exemplo, estradas, teatros, livrarias, enfim, locais de lazer, bem como percebe-se que o sistema de saúde do município encontra-se estagnado, faltam leitos hospitalares, o atendimento nos pronto-socorros é cada vez mais lento e as clínicas médicas particulares prestam um serviço muito aquém do que têm o dever de prestar em decorrência da explosão populacional que o município enfrenta. Assim, deve-se buscar melhorias urgentes de infraestrutura, como também proporcionar à população uma vida cultural digna, valorizando a cultura local e proporcionando atrativos ao contingente populacional que aqui se instala.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1993.

BECKER, B. <sup>a</sup> & MIRANDA, M. (org). **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: EFRJ, 1997.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRASIL. **Constituição da República do Brasil**. Diário da União, Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRASIL, **História: Figuras históricas**. <Disponível em <http://www.brasil.gov.br/sobre/historia/personagens-historicos/jose-lutzenberger-1926-2002>> Acesso em 17 de set. de 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de ABRIL de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrond Brasil, 2005. 304p.

CENTRO DE ESTUDOS AMBIENTAIS. **O coletivo pela sustentabilidade**. <Disponível em <http://centrodeestudosambientais.wordpress.com/>> Acesso em 10 de dezembro de 2010.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COSTA, W. M. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1992.

COSTA, Getúlio José Moreira da. **Globalização e a perda da identidade do Estado-Nação**. In: <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/getulio.html>. (Acesso em: 25 maio de 2012)

COSTA, Rogério Haesbaert da; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DOMINGUES, Marcelo Vinicius de La Rocha. **Superporto do Rio Grande: Plano e realidade.** Elementos para uma discussão. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro/PPGG. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação:** um estudo introdutório. 7º. Ed. São Paulo: Cortez, 1990.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra.** 5. ed. São Paulo: Petrópolis, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Roger Walteman; NETO, Francisco Quintanilha Vêras. **Educação Ambiental Emancipatória:** a transdisciplinaridade da formação do pensamento crítico a partir dos pensares de Paulo Freire. In: 15º Jornada Nacional de Educação: autonomia e cidadania. Centro Universitário Franciscano/UNIFRA. 25/05/2010 à 28/05/2010. <Anais de Evento>

GOMES, Roger Walteman; ROSSI, Francine de Bem. **Educação Crítica/Emancipatória:** interlocuções dos pensares de Loureiro e Paulo Freire. In: 25º Jornada Acadêmica Integrada. Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. 09/11/2010 à 12/11/2010. <Anais de Evento>

GOMES, Roger Walteman. **Por uma Educação Ambiental Crítica/Emancipatória:** dialogando com alunos de uma escola privada do Município de Rio Grande/RS. Monografia (especialização) – Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental, RS, 2011.

GUATARRI, Félix. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. **As três ecologias.** Campinas: Papirus, 1990.

GUIMARÃES, Mauro. **Ética e educação ambiental:** A conexão necessária. Campinas, SP: Papirus, 1996.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental:** No consenso um debate? Campinas, SP: Papirus, 2000.



HERREARA, Silvio Baró. **A luta contra o neoliberalismo**. IN: VIZENTINI, Paulo Fagundes; CARRION, Raul K. M. (orgs.). Século XXI, barbárie ou solidariedade: alternativas ao neoliberalismo. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Para que a Educação Ambiental encontre a educação**. IN: LOUREIRO, Carlos Frederico B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2004.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Trad. de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7. ed. Pretrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Complexidade e dialética: contribuições a práxis política e emancipatória em Educação Ambiental**. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1473-1494, Set./Dez. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 10 Jun. 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Sustentabilidade e educação**: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Solismar. **Cidade de Rio Grande**: industrialização e urbanidade (1873 – 1990). Rio Grande: Editora da FURG, 2006.

MATTOS, Carlos de Meira. **A geopolítica e as projeções do poder**. Rio de Janeiro: Editora Olympio, 1977.

MEDEIROS, Oscar Filho. **Cenários geopolíticos e emprego das Forças Armadas na América do Sul – 2004**. 129f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MONIÉ, Frédéric; VIDAL, Soraia Maria S. C. Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. **Revista de Administração Pública**. Vol. 40. nº6. Rio de Janeiro. Nov./Dec. 2006.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **BRICS**: agrupamento Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. In: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>. Acesso em: 20 de Set. De 2012

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. 3. Ed. Brasília: Documentação Ambiental e Editoração Esplanada dos Ministérios, 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Departamento de Educação Ambiental. **Lei nº 9.795 de abril de 1999**. In: <http://www.mma.gov.br/>. Acesso em: 26 de Nov. de 2010.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Mecanismos inter-regionais. **BRICS - Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul**. In: <http://www.itamaraty.gov.br/>. Acesso em: 10 de Set. de 2012.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. SILVA, Catarina Eleonora F. da; SAWAYA, Jeanne. (trad.) 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MORIN, Edgar. In: **Educação e complexidade: os setes saberes e outros ensaios**. ALMEIDA, Maria da Conceição de; CARVALHO, Edgar de Assis. (orgs.) 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. **Lei nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965**. In: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 17 de Fev. de 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVEZ. Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006b.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - ProNEA / Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. - 3. ed - Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005. 102 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Trad. Marília Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **A Sociedade Industrial e o Ambiente**. IN: ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (org.). Geografia do Brasil. 5. Ed. São Paulo:

Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

RUSCHEINSKY, Aloísio; COSTA, Adriane Lobo. **A Educação Ambiental a partir de Paulo Freire**. IN: RUSCHEINSKY, Aloísio (org.). Educação Ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. 3º Ed. São Paulo: Editor HUCITEC, 1997.

SANTOS, Milton. **A aceleração contemporânea**: tempo mundo e espaço mundo. IN: SANTOS, Milton (org.). Fim de século e globalização. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: o território e sociedade no início do século XXI. 2º. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 20º Ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Dados estatísticos**: indicadores criminais. In: <http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=189> Acesso em: 20 de Set. de 2012.

VESENTINI, José William. **Imperialismo e geopolítica global**: espaço e dominação na escala planetária. 2. ed. Campinas: Papirus, 1990.

VESENTINI, José William. **A Capital da Geopolítica**. São Paulo: Ensaio, 1996.

VESENTINI, J.W.O. La crisis de la geopolítica brasileña tradicional. ¿existe hoy una nueva geopolítica brasileña? In: **Revista Política y Estrategia**. N° 108 – 2007. Disponível em: [www.geocrítica.com.br/artigos.htm](http://www.geocrítica.com.br/artigos.htm) Acesso em: 25 set. 2011

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **História do século XX**. 2. ed. Porto Alegre: Novo Séculos, 2000.

